

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA – FUV
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

JOSÉ EMÍLIO OLIVEIRA

**O ESTADO DE UNIÃO DE JEOVAH: UM MOVIMENTO MESSIÂNICO NO
ESPÍRITO SANTO**

Vitória
2014

JOSÉ EMÍLIO OLIVEIRA

**O ESTADO DE UNIÃO DE JEOVAH: UM MOVIMENTO MESSIÂNICO NO
ESPÍRITO SANTO**

Dissertação de Mestrado Profissional para
obtenção do grau de Mestre em Ciências
das Religiões da Faculdade Unida de Vitória
– FUV
Linha de Pesquisa: Religião e Esfera Pública

Orientador: Wanderley Pereira Rosa

Vitória
2014

Oliveira, José Emílio

O estado de união de Jeovah / Um movimento messiânico no Espírito Santo / José Emílio Oliveira. - Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2014.

vii, 72 f. ; 31 cm.

Orientador: Wanderley Pereira da Rosa

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2014.

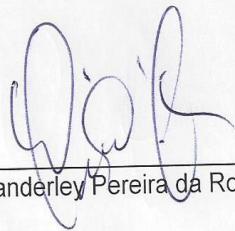
Referências bibliográficas: f. 68-72

1. Ciência da religião. 2. Messianismo. 3. Milenarismo. 4. Estado união de Jeovah. - Tese. I. José Emílio Oliveira. II. Faculdade Unida de Vitória, 2014. III. Título.

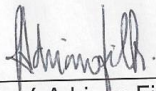
JOSÉ EMILIO OLIVEIRA

**O ESTADO DE UNIÃO DE JEOVAH: UM MOVIMENTO MESSIÂNICO NO
ESPÍRITO SANTO**

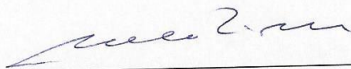
Dissertação para obtenção do grau de
Mestre em Ciências das Religiões no
Programa de Mestrado Profissional em
Ciências das Religiões da Faculdade Unida
de Vitória.



Drnd. Wanderley Pereira da Rosa – UNIDA (presidente)



Doutor José Adriano Filho – UNIDA



Doutor Nelson Kilpp – UNIDA

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pois, sem Ele, não teria conseguido o conhecimento, a dedicação e o comprometimento para terminar este trabalho;

A minha querida esposa, Flavya, pelas orientações e pelas noites de solidão;

A meu filho Luiz Filipe, mesmo distante, terá certeza que seu pai contribui para o desenvolvimento da pesquisa e da educação no Brasil;

A meus pais e avós, que me educaram com amor, carinho e respeito;

A meu Orientador: sem a intervenção dele, provavelmente esta dissertação ficaria apenas no campo das idéias;

À Faculdade Unida de Vitória, pela oportunidade;

Aos companheiros e às companheiras de Coordenação de Registros Acadêmicos – CRA, incluindo Marcos minha eterna gratidão. Sem eles, o tempo seria meu maior desafio;

Aos companheiros de Ifes, principalmente à equipe Gestora: Anderson, Adriana e Frederico. Sem o apoio e ajuda deles, esta dissertação seria mais uma obra que não se completaria.

RESUMO

A pesquisa proposta tem como objetivo conhecer e tornar pública a tentativa de construção de um estado camponês, muito provavelmente o último daqueles considerados de natureza messiânica, os quais ocorreram no país a partir de Canudos e, em seguida, durante a primeira metade do século XX. O referido movimento, genericamente denominado de movimento de Cotaxé, ocorreu no Extremo Noroeste do Estado do Espírito Santo, divisa com o Estado de Minas Gerais, em uma região conhecida como Contestado. Esse movimento, em terras capixabas, tem suas origens na “grilagem” de terras devolutas e posterior concentração da propriedade da terra, tema ainda presente e recorrente em nossos dias.

Palavras-Chave: Messianismo-Milenarismo-Estado União de Jeovah.

ABSTRACT

The proposed research aims to evaluate and make public the attempt to build a peasant state, most likely the last of those considered of messianic nature, which occurred in the country, from Canudos and then, during the first half of the twentieth century. The revolution, genetically called Cotaxé Revolution, occurred in the Far Northwest of the State of Espírito Santo, border with the state of Minas Gerais, in a region known as Contestado. This revolution in Espírito Santo's land, has its origins in the "illegal occupation" of vacant land and further concentration of land ownership, the theme is still present today.

Keywords: Messianism - Millenarianism-State Jeovah Union.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 O ESTADO DE UNIÃO DE JEOVAH	10
1.1 Localização Geográfica e o Povoamento da Região	10
1.2 Movimento Jeovense e Criação do Estado de União de Jeovah	21
1.3 A Repressão Estatal	27
2 MOVIMENTOS MESSIÂNICOS E MILENARISTAS.....	34
2.1 Definição dos Movimentos Messiânicos e Milenaristas	35
3 COTAXÉ: MOVIMENTO MESSIÂNICO NO ESPÍRITO SANTO	42
3.1 Fragmentos de Messianismo e Milenarismo no Contestado Capixaba.....	42
3.2 O Estado de União de Jeovah e o Messianismo	48
3.3 Cotaxé: Movimento Messiânico no Estado do Espírito Santo.....	55
CONCLUSÃO	65
REFERÊNCIAS.....	68

INTRODUÇÃO

Os termos “Movimento Jeovense”, “Movimento do Contestado Capixaba”, “Movimento de Cotaxé”, ou simplesmente Cotaxé, denominam um único movimento político, econômico, social e religioso que ocorreu na Serra dos Aimorés, território de divisa entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, na primeira metade do século XX.

O movimento do contestado capixaba, como passaremos a denomina-lo, tinha como objetivo final a constituição de uma nova unidade federativa, ou seja, um novo estado brasileiro. Esse novo ente federado da nação se chamaria Estado de União de Jeovah. Segundo Garcia¹, um estado camponês onde praticada a igualdade na questão da propriedade da terra, regido pelas leis de Deus e baseado nas práticas religiosas impostas pela fé. Com princípios cristãos, o Estado de União de Jeovah apregoava a construção de um paraíso na terra.

Composto por migrantes nordestinos, agricultores sem terra, pequenos camponeses, posseiros, grileiros e até mesmo grandes proprietários de terras que simpatizaram com a causa jeovense. Muito provavelmente por puro pragmatismo econômico, conforme veremos no primeiro capítulo, o movimento ganhou força e adeptos em massa, que lutaram frente às milícias repressoras dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, levando o movimento às ultimas consequências.

Por ser um movimento praticamente desconhecido das historiografias regional (capixaba e mineira) e nacional, o movimento do contestado capixaba pouco é pesquisado e conhecido do meio acadêmico. As poucas pesquisas endereçadas ao movimento, são em suma, de conotações política e social, principalmente por abordarem às questões vinculadas à violência e ao massacre desencadeado pela repressão estatal, ou pelo esvaziamento populacional ocorrido na região após o esfacelamento do movimento.

Portanto, nossa pesquisa pretende tornar conhecido o movimento e analisá-lo sob uma nova ótica. A ótica religiosa. Pretendemos encontrar, no contestado capixaba, características e elementos que o enquadrem como um movimento

¹ GARCIA, Elio Ramires. Movimentos Camponeses no Estado do Espírito Santo – Do "Estado União de Jeovah à União dos Posseiros de Cotaxé: Transição de Movimento Messiânico e Espontâneo a Movimento Político, Consciente, Organizado e Articulado – Aspectos Singulares: Transição e Longevidade". Monografia apresentada ao curso de especialização em História do Brasil da Faculdade Castelo Branco, Colatina (ES), em setembro de 2011. p. 63.

messiânico milenarista, muito provavelmente o último daqueles considerados rústicos. Para tal, realizamos pesquisa bibliográfica com os poucos e raros materiais encontrados, bem como pesquisamos revistas e artigos que remontam aos contextos histórico e político em que estava inserido o contestado capixaba. Para tanto, dividimos o trabalho em três partes, cada parte compõe um capítulo, sendo assim sintetizado:

No primeiro capítulo, abordaremos a historiografia a cerca do movimento do contestado capixaba, analisando os contextos histórico, geográfico, político e social em que estava inserido e percorreremos sua estrutura histórica até seus desdobramentos, de movimento social a movimento político organizado.

No segundo capítulo, será realizada uma abordagem conceitual dos elementos de cunho religioso e social. Compreenderemos os principais conceitos, definições e características dos movimentos milenaristas e dos movimentos messiânicos. Também analisaremos os principais movimentos messiânicos brasileiros, baseados na maior autoridade no assunto, Maria Isaura Pereira de Queiroz. Verificaremos, também, a relação entre o messianismo e o capitalismo, analisando a ótica dos dominantes e dos dominados.

No terceiro e último capítulo, retrataremos o movimento do contestado capixaba como o último dos movimentos messiânicos milenaristas rústicos. Analisaremos os elementos, as características e os fragmentos historiográficos que denotam ser ele de origem messiânico-milenarista.

1 O ESTADO DE UNIÃO DE JEOVAH

A historiografia brasileira praticamente desconhece a luta de agricultores sem terra, camponeses, grileiros, posseiros, fazendeiros e policiais que se enfrentaram em um conflito armado em meio à mata atlântica, em região contestada pelos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, aos pés da Serra dos Aimorés, na primeira metade do século XX.

O estopim do conflito é a figura de um jovem baiano, de nome Udelino Alves de Matos, cujo porte: moreno, forte, falador. Gostava de rezar, vestia um terno preto e trazia sempre a bíblia no bolso. Pregava, aos camponeses ali instalados, que aquela região era o paraíso aqui na terra. Terra esta esquecida pelas autoridades estatais, uma verdadeira terra de ninguém, onde os camponeses deveriam seguir as pregações cristãs feitas por ele e formar um exército, organizar os agricultores, redistribuir as terras igualmente entre todos, não pagar impostos e formar ali um novo ente federativo, o Estado de União de Jeovah.

Portanto, neste capítulo, estudaremos todo os contextos histórico, geográfico, político e social que provocaram o surgimento do Movimento Jeovense, ou simplesmente Cotaxé, seus ideais emancipatórios de constituição de um estado messiânico: O Estado União de Jeovah, e toda a repressão estatal que se deu ao longo da deflagração do conflito armado que vitimou milhares de pessoas e provocou o esvaziamento da região.

1.1 Localização Geográfica e o Povoamento da Região

Para iniciarmos os estudos sobre o Movimento Jeovense, movimento este de natureza messiânica, política e social que ocorreu no Estado do Espírito Santo na primeira metade do século XX, é necessária a realização do percurso histórico, iniciado ainda na Era Colonial, na qual a sua localização geográfica e todas as etapas do processo de povoamento da região sejam transcritas para que possamos entender os acontecimentos que despertaram nos litigiosos camponeses a intenção de transformar a região em um novo ente federativo.

A Capitania do Espírito Santo, doada, pela Coroa Portuguesa em 1534, ao donatário Vasco Fernandes Coutinho, desde sua criação, não possuía fronteiras precisas, o que provocou ao longo da história político-administrativa capixaba

diversos conflitos de limites e fronteiras, ora tratados com diplomacia, ora com força militar. Portanto, os conflitos armados que explodiram na primeira metade do século XX na região conhecida como Zona do Contestado, conforme veremos mais adiante, são frutos de uma organização vaga, imprecisa e em alguns casos amadora por parte do estado português e, a posteriori, do estado brasileiro na gestão territorial do Brasil e, mais precisamente, do Estado do Espírito Santo.

Ao longo da história capixaba, antes mesmo da proclamação da República, os limites do território espírito-santense já eram objetos de acirradas discussões políticas envolvendo as províncias vizinhas. Assim foi o sul com o Rio de Janeiro, ao norte, com a Bahia, e a oeste com Minas Gerais. E não foram poucos nem breves os conflitos que legaram ao Espírito Santo as fronteiras que hoje são desenhadas nos mapas cartográficos.²

As dimensões da Capitania do Espírito Santo não estavam definidas corretamente na carta de doação, ao Norte delimitava-se com a Capitania de Porto Seguro, de Pero de Campos Tourinho, e ao Sul, com a Capitania de São Tomé, legada a Pero de Góes, tendo o mar a Leste por cinqüenta léguas ao longo da costa. As dimensões a Oeste da Capitania deveriam seguir na mesma largura pelo sertão e terra firme adentro tanto quando puder entrar e for de minha conquista³. Com essas dimensões definidas na Carta Régia, o tratado de Tordesilhas, firmado por Portugal e Espanha, em 1494, tornava-se o limite máximo a Oeste da Capitania do Espírito Santo, como nos revela Moraes “a capitania não ia necessariamente até a extrema das terras portuguesas, essa seria o limite infranqueável. Devia ir tanto quanto pudessem entrar ‘[...] tanto quanto puderem entrar e for de minha conquista’.”⁴

Ao receber a Capitania do Espírito Santo por parte do governo português em 1534, Vasco Fernandes Coutinho, não tinha, ao certo, noção das dimensões, das proporções e dos desafios que a referida faixa de terra representava. Com densas e quase impenetráveis matas, cobertas pelo que conhecemos como mata atlântica, falta de recursos, uma vez que a empreitada da colonização era financiada com recursos próprios do donatário, ausência de apoio da Coroa Portuguesa, que simplesmente transferiu o projeto das capitanias hereditárias para os donatários, e ausência de imediato de ouro e metais preciosos que financiassem o processo

² BARRETO, Carlos Xavier Paes. Questão de limites. Revista do IHGES, n. 7, 1934. p. 152.

³ Carta de doação da Capitania de Vasco Fernandes Coutinho (Chancelaria de D. João III livro VII, f. 113-115)

⁴ MORAES, Cícero. As questões de limites que o Espírito Santo sustentou. Vitória: Real Gráfica, 1971. p.24-25.

colonizatório, tornaram-se, para Vasco Fernandes Coutinho e os demais donatários que o sucederam ao longo do século XVI, em grande fracasso e, como traduz Pontes, “possivelmente o mais vagaroso e precário dentre todas as capitanias hereditárias. [...] A escassa população capixaba concentrou-se no litoral”.⁵

As tentativas de penetração esbarravam ainda em outros obstáculos de difícil transposição com os recursos da época: a densa floresta tropical e os rios encachoeirados a poucas léguas do litoral, não obstante as inúmeras expedições que, no século XVI, cortaram o Espírito Santo por aqueles cursos d’água.⁶

A civilização branca deu nome de botocudos a índios de várias tribos que possuíam algumas características comuns, como o uso do botoque no lábio inferior ou nas orelhas. Esses índios estavam presentes em praticamente todo o território da capitania capixaba (interior e sertão) e, de acordo com Estigarribia, os índios do litoral eram mansos, e os índios do sertão eram violentos e antropofágicos. Os crenacs comem os caraís (estrangeiro) que encontram no meio da floresta, não comendo, porém, o inimigo índio, que matam e deixam ficar para os urubus comerem⁷.

Portanto, o processo de colonização, interiorização e desbravamento das terras capixabas, por mais de um século, concentrou-se exclusivamente no litoral. Somente a partir do século XVIII iniciaram-se algumas tentativas infrutíferas de interiorização em busca de ouro na região sul da capitania, mais precisamente nas Serras do Castelo, como nos revela Pimentel:

Aproveitando-se ao mesmo tempo as riquezas que nele consta haverem, e que se acham até o presente fora do alcance dos homens vassalos pelos perigos a que se exporiam sendo acometidos pela feroz e bárbara raça dos índios botocudos, uma vez que não se acham por toda a parte a Minha real proteção, como aconteceu com os primeiros que lavraram as minas do Castello e as cabeceiras do Itapemirim, e que foram obrigados a abandonar as quatro povoações que ali havia, para, em proximidade da costa, e sobre o mesmo rio Itapemirim, se estabelecerem com mais segurança.⁸

⁵ PONTES, Wallace Tarcísio. Conflito agrário e esvaziamento populacional: a disputa do Contestado pelo Espírito Santo e Minas Gerais. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo. p. 31-32.

⁶ BITTENCOURT, Gabriel. A formação econômica do Espírito Santo. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987, p. 94.

⁷ ESTIGARRIBIA, Antônio. Inspetor do extinto Serviço de Proteção ao Índio (hoje FUNAI) para a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo nº VII, 1934, p. 20-21.

⁸ PIMENTEL, Francisco Mendes. Fronteiras interestaduais. Questão de limites entre o Espírito Santo e Minas Gerais. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1914. p. 56-57.

As dificuldades impostas pelas barreiras naturais, a presença massiva de índios que impunham resistência, o perigo de iminentes ataques advindos dos inimigos dos portugueses, holandeses e franceses, que praticavam incursões pela costa brasileira a fim de invadir e formar núcleos populacionais, doenças e enfermidades provenientes dos trópicos e a falta de recursos por parte dos donatários levaram a Coroa Portuguesa a comprar a Capitania do Espírito Santo.

Em 1718, a Capitania do Espírito Santo reverteu à Coroa por compra. Daí por diante não teve mais donatário. Passou a ser governada por Capitães-mores dependentes, na parte administrativa, da Capitania Geral da Bahia. Na parte judiciária passou a depender da comarca do Rio de Janeiro, até que fosse criada a comarca do Espírito Santo, o que somente ocorreu em 1732.⁹

Depois de diversas incursões, oriundas de todas as regiões da Colônia, ao sertão brasileiro em busca de ouro, metais e pedras preciosas, enfim, os bandeirantes paulistanos encontram em grande quantidade a tão desejada riqueza aurífera, contudo, segundo Bittencourt (1987, p.46), as Montanhas das Gerais estavam localizadas em território pertencente à Capitania do Espírito Santo:

“[...] as mais ricas minas se localizaram dentro do território abrangido pela primitiva carta de doação da terra capixaba; conseqüentemente, se conservada sua integridade física, seriam espírito-santenses: Ouro Preto, São João Del Rey e Sabará, entre outras. Das cinqüenta léguas que ao longo do litoral entre Porto Seguro e São Tomé e do território que dele se estendia até o desconhecido sertão, onde deveriam encontrar os limites imaginários fixados no Tratado de Tordesilhas, restou ao Espírito Santo apenas 0,53% da superfície brasileira”.¹⁰

Na citação abaixo, atribuída a Mário A. Freire, em artigo da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, encontramos a definição mais fidedigna do percurso histórico da Capitania do Espírito Santo no século XVIII:

Instituída, em 1709, a Capitania de São Paulo e Minas Gerais, o Espírito Santo, estreita faixa litorânea, raramente administrado com elevado interesse e acerto, não teve ouro, em quantidade suficiente, para tentar grandes explorações. Não manter, para o seu território, importantes empresas exploradoras e assim atravessou o século XVIII pobre, arruinado, mal dirigido, sem esperança de próximo progresso.¹¹

⁹ MORAES, 1971, p.13.

¹⁰ BITTENCOURT, 1987, p.46.

¹¹ FREIRE, Mario A. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Arquivo público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. 1934, p.11.

A descoberta do ouro nas Montanhas Gerais atraiu forasteiros de todas as partes da Colônia e até mesmo lusitanos que aqui desembarcaram com o objetivo de ganhar a vida e enriquecer com o ouro das Minas Gerais. É importante ressaltar que, até o século XVII, o centro do poder e da administração colonial estava constituído na região nordeste brasileira. Portanto, o “Ciclo do Ouro” representou uma mudança na administração colonial, uma vez que a Capital deixou o Nordeste e instalou-se no Sudeste (de Salvador para o Rio de Janeiro). Portugal instalou toda a infraestrutura administrativa, política e urbana necessária para o desenvolvimento da região aurífera, que compreendia as Capitanias do Rio de Janeiro e de São Paulo e, a posteriori, a Capitania de Minas Gerais, esta última desmembrada do “sertão capixaba”, como veremos a seguir:

Em 1709, criou-se a Capitania Geral de São Paulo e Minas, desmembrada do território da Capitania do Espírito Santo e independente do governo do Rio de Janeiro, formalizada pela Carta Régia de 23 de novembro de 1709, sendo designado para governá-la Antonio Albuquerque Coelho de Carvalho. Contudo, não ficou definida a nova linha a ser adotada como divisória.[...] Nos primeiros tempos, a nova capitania foi palco de diversas revoltas e de rápido crescimento da população nas áreas mineradoras, tornando-se necessário organizar melhor os interesses régios, principalmente aqueles ligados à tributação. Assim, por meio de um alvará real, desmembrou-se a região das Minas de ouro da Capitania de São Paulo, em 2 de dezembro de 1720, e o novo território recebeu o nome de Capitania de Minas Gerais.¹²

Como vimos, a riqueza gerada pela exploração aurífera rendeu inúmeros dividendos para Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Por sua vez, a Capitania do Espírito Santo ficou à mercê de políticas coloniais de cunho militar a fim de proteger seu maior tesouro, as Minas Gerais.

Para fiscalizar e vigiar os limites da zona aurífera dos invasores e contrabandistas, os portugueses impuseram duas forças: uma militar e outra natural. A força militar ficou a cargo do exército colonial e seus mercenários que, de acordo com Pontes:

Temerosa de ataques estrangeiros e, sobretudo, de contrabando do rico mineral pelo litoral mais próximo, o do Espírito Santo, a Coroa Portuguesa determinou várias medidas como a construção de quartéis, a remodelação das fortificações de Vitória, a ampliação do deslocamento militar e a proibição rigorosa da abertura de estradas que ligassem o litoral à rica região produtora.¹³

¹² SILVEIRA, Maria Célia Barros da. O Contestado Espírito-santense (1889-1963): O processo de consolidação dos limites territoriais do Estado do Espírito Santo. p. 25.

¹³ PONTES, 2007, p.33.

Para Oliveira,

Os administradores portugueses e seus representantes no Brasil haviam se convencido de que qualquer ataque estrangeiro dirigido às jazidas das minas gerais teria o Espírito Santo como base de desembarque. Dessa forma, a Capitania legada inicialmente a Vasco Fernandes Coutinho transformou-se, no século XVIII, em posto militar, isolada da exploração de seu território.¹⁴

A força natural corresponde à faixa de terra compreendida pela capitania do Espírito Santo, que foi transformada pela Coroa Portuguesa em uma barreira contra possíveis ataques e invasões, segundo Rocha,

Com efeito, a descoberta do ouro em Minas Gerais e o conseqüente pavor do Governo português em ver essa riqueza cair em outras mãos que não fossem as suas deu ensejo a uma série de proibições que impediram a expansão do Espírito Santo em direção às florescentes regiões auríferas. Para evitar os “descaminhos do ouro”, foi proibida, em 1702, a abertura de estradas entre os territórios capixaba e mineiro, proibição esta renovada pelo Governo Geral em diversas ocasiões. Até mesmo a procura de ouro no Espírito Santo foi interdita sob a alegação de que a Capitania ainda não estava fortificada.¹⁵

Ainda segundo Pontes,

Neste contexto deve-se ressaltar que, em meio a tantas dificuldades, foi por ação da própria Coroa Portuguesa – a partir das descobertas de minas de ouro feitas pelos bandeirantes paulistas – que o processo de colonização espírito-santense acabou por sofrer seu mais forte entrave, dando azo ao surgimento de fatos e circunstâncias que nos séculos seguintes fomentariam os litígios fronteiriços entre as capitanias do Espírito Santo e Minas Gerais, os quais recrudesceram durante o período republicano.¹⁶

Diante do contexto de limitação da Capitania do Espírito Santo a uma simples barreira natural que protegeria o Ouro das Gerais e, assim, manteria a soberania colonial portuguesa. Observa-se que as questões lindeiras entre as duas capitanias foram relegadas aos governos futuros. Dessa forma, a fronteira entre o sertão capixaba e mineiro foi oficialmente demarcada somente no século XIX, em 08 de outubro de 1800, episódio conhecido como Auto de Demarcação, que, como o

¹⁴ OLIVEIRA, José Teixeira de. História do estado do Espírito Santo. 2.ed. Vitória, 1975, p.173-175.

¹⁵ ROCHA, Gilda. Imigração Estrangeira no Espírito Santo (1847-1896). Vitória, 2000, p. 86.

¹⁶ PONTES, 2007, p. 31.

próprio nome diz, refere-se à demarcação das divisas mineira e capixaba, conforme muito bem descreve Moraes:

Havendo-se de demarcar os limites das duas capitanias conflitantes, fossem eles pelo espigão que corre de Norte ao Sul entre os rios Guandu e Manhuaçu, e não pela corrente do rio, por ser esta de sua natureza tortuosa e incômoda para a boa guarda, que dito espigão, águas vertentes para o Guandú, seja distrito da Capitania ou nova província do Espírito Santo, e que pela parte norte do Rio Doce, servisse de demarcação a serra do Souza, que tem a sua testa elevada defronte deste Quartel e Porto do Sousa, e dele vai acompanhando o Rio Doce até confrontar com o espigão acima referido ou serreta que separa as vertentes dos rios Guandu e Manhuaçu.¹⁷

Contudo, esta demarcação era imprecisa e vaga, além de tratar-se de uma região praticamente inexplorada por ambas as Capitanias. Portanto, a partir da referida demarcação, iniciam-se os grandes embates de limites e divisas orquestrados por Espírito Santo, Minas Gerais e, em alguns casos, pela Bahia se agravam a partir da instituição da república brasileira, como veremos mais adiante.

Para Silveira, “A Capitania do Espírito Santo chegou ao século XIX como Capitania subalterna à da Bahia, situação que perdurou até 1810, quando retornou sua autonomia político-administrativa¹⁸. A partir de então, os limites da Capitania do Espírito Santo eram: ao norte, o Rio São Mateus e, ao Sul, o Rio Itabapoana, como nos revela Moraes [...] São Mateus, este sob jurisdição de Porto Seguro até 1823, quando a então Província do Espírito Santo obteve resposta à consulta efetuada ao Governo Imperial, a qual foi dada por intermédio do aviso de 11 de agosto de 1823, determinando a jurisdição de São Mateus àquele que lhe ficasse mais próximo, até que a Assembléia Geral determinasse os limites¹⁹, e, a Leste, os rios Guandu e Manhuaçu, aprovado pela Carta régia de 4 de dezembro de 1816, conforme nos revela Daemon::

[...] tomando-se por divisa a linha Norte-Sul, pela parte mais elevada do espigão que se acha entre os rios Guandu e Manhuaçu, ficando pertencendo a Minas Gerais todo o terreno que se achasse ao Oeste d’ esta linha, a ao Espírito Santo o que ficasse a Leste da mesma linha no Rio Doce, tendo-se ainda e estabelecido os quartéis de Souza e Lorena nas margens do mesmo rio, [...]”²⁰

¹⁷ MORAES, 1971, p.28.

¹⁸ SILVEIRA, 2010, p.10.

¹⁹ MORAES, 1971, p. 15

²⁰ DAEMON, B.C. Província do Espírito Santo: sua descoberta, história chronologica, synopsis e estatística. Victoria: Typhographia do Espírito-Santense.1879, p. 205.

Portanto, o relevo acidentado: composto por serras, montanhas e picos nas direções de norte a sul tornou-se a divisa natural entre os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais:

De um lado se ostenta [...] a zona montanhosa, de onde , triplicemente grandiosos aparecem o Pico da Chibata, o Pontão do Sul, e, na Serra do Caparaó, o Pico da Bandeira [...]. Protegida pela Serra do Mar e seus desdobramentos, continua, para o sul, a fim de atingir ao Espigão ou Souza e à Chibata ou Caparaó [...]. Do outro lado, estendendo-se ao mar e aos rios Doce e Mucuri, apresenta, em certos lugares, vastas planícies [...]. Como se vê, constituído, se triparte pelo Espigão, pela Chibata e pela Serra dos Aimorés, que correndo quase na direção de norte e sudoeste, na distância de 30 léguas, aproximadamente da costa do mar, separa, a oeste, o norte do Espírito Santo do de Minas Gerais.²¹

Suas longas planícies em direção leste até o mar ou a oeste em direção ao sertão levaram os dois entes federativos (Espírito Santo e Minas Gerais) a promover a colonização ora por intermédio da imigração ora da emigração.

Gilda Rocha comenta que, ainda no século XVIII, o Governo do Espírito Santo tentou por sucessivas vezes promover o povoamento dos sertões capixabas, “lançando mão do expediente de facilitar a venda de terras devolutas, o que não teria surtido o efeito desejado [...]”.²²

Até meados do século XX, as questões lindeiras do Espírito Santo e Minas Gerais não estavam totalmente resolvidas, e o progresso desenvolvimentista e urbanista estava concentrado principalmente no litoral sul do estado.

Assim, nas primeiras décadas do século XX, contrastando com o sul do Estado, que apresentava expressiva ocupação tanto no litoral quanto no interior, aquela porção do território capixaba permanecia isolada e com extensas áreas de terras desocupadas, que a partir da margem esquerda do Rio Doce estendiam-se ao longo da Serra dos Aimorés, descendo através dos vales formados pelos braços norte e sul do Rio São Mateus. Nesse contexto, o abandono da região noroeste do território capixaba fez com que se mantivesse o desequilíbrio regional colonizador não apenas em relação às demais porções territoriais do Brasil, mas também em relação à ocupação do próprio solo capixaba.²³

Enquanto o Espírito Santo preocupava-se em atrair imigrantes, margeando o litoral ou os grandes rios, para colonizar a região contestada, Minas Gerais, por sua

²¹ XAVIER, Carlos. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. p. 53-54.

²² ROCHA, 2000, p.33.

²³ PONTES, 2007, p.35-36.

vez, distinguia-se, pois a colonização daquela região deu-se do centro para a periferia, e não o contrário, como no caso do Espírito Santo. No caso de Minas Gerais, somam-se alguns episódios que ocasionaram o pioneirismo de desbravar o leste mineiro e, conseqüentemente, as terras litigiosas. O ciclo do ouro já estava em decadência, portanto a necessidade de buscar novas minas de ouro, metais e pedras preciosas para suprir as necessidades tributárias que lhes eram impostas pela Coroa Portuguesa era iminente. Aliam-se a essa causa as lendas de que haveria esmeraldas e diamantes ao nordeste da Capitania e a presença de grandes rios, os quais se achava serem navegáveis, proporcionando uma ligação direta entre as Minas Gerais e o litoral. Essas características marcaram drasticamente o desbravamento do sertão mineiro em direção à região fronteira, dando aos mineiros ligeira vantagem no povoamento da região.

[...] são três as principais circunstâncias que levaram os governadores de Minas Gerais, em cumprimento a reiteradas ordens régias, a estimularem o desbravamento do sertão a leste, objetivando com isso a exploração e o apossamento do médio e baixo rio Doce e seus afluentes: a lenda que ainda persistia de jazidas de esmeraldas ao Nordeste da Capitania; o aproveitamento da navegabilidade dos rios da região (que na época acreditava-se viável), que poria Minas em comunicação com o litoral; e, por último, a necessidade de acudir às demandas do erário real, mal suprido pelo quinto que minguava. Por intermédio desses fatores, teria o governo central legalizado o estado de fato criado pelo sertanista mineiro que se apossou daquelas paragens. A enorme discrepância do poderio político e econômico de nosso vizinho legou aos mineiros larga vantagem nesse processo de ocupação.²⁴

A seguir, uma reportagem do jornal O Globo, datada de 1948, apresenta quão difícil era chegar à região contestada pelo lado mineiro:

Para atingi-la, saindo do Rio de avião até Governador Valadares, cidade de grande futuro plantada à margem do Rio Doce, levamos quatro dias. Dessa última cidade até Conselheiro Pena viajamos em um trem desconfortável da Vitória-Minas, superlotado. Dois dias imobilizados em Conselheiro Pena por falta de transporte, e eis-nos afinal a caminho de Mantena, aboletados sobre os sacos de açúcar e sal conduzido por um caminhão possante, vencendo em nove horas os cento e vinte quilômetros que separam as duas cidades, por estrada que mais parece um caminho aberto nas matas pelos animais [...] A travessia do caminhão e de toda a sua carga pelo Rio Doce é feita numa enorme balsa amarrada a um grosso cabo de aço, consumindo-se vinte minutos para vencer os cem metros de um margem à outra. E daí

²⁴ PIMENTEL, Francisco Mendes. Fronteiras interestaduais. Questão de limites entre o Espírito Santo e Minas Gerais. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1914, p. 72-73.

em diante começa uma viagem cheia de percalços e precipícios de meter medo.²⁵

A região Noroeste do Estado do Espírito Santo, entre o Vale do Rio Doce e o Vale do Rio Mucuri, teve colonização tardia, se comparada ao restante do Estado ou do país, conforme já descrevermos anteriormente. Considerada por alguns como uma verdadeira Mesopotâmia florestal.

A Mesopotâmia florestal Dôce-S. Mateus é habitada pelos remanescentes de índios (de língua diversa e tipo algum tanto diferente dos tupis-guaraní) a que aqui damos diversos nomes: Pancas, Munhangirens (agua branca), Nac-héréhé (terra boa), Nac-na-nuc (habitantes das serras), Inkut-crac, Crenac, etc, todos eles provindos de mistura, em grãos diferentes, de tribus Aimorés e Goitacases, pertencentes, portanto, na classificação de Von Martius, a Família Gê ou Crân os seguintes, etc.) e na dos primitivos habitantes nossos, a raça tapuia, que correspondia a índios mais atrasados, mais claros, mais altos e habitando geralmente o interior do país.²⁶

Em pleno início do século XX, o Noroeste capixaba era praticamente intocado, coberto com uma espécie e densa mata atlântica, habitada apenas por índios, fortes, considerados violentos pelo “homem branco” e praticantes de atrocidades consideradas macabras como, por exemplo: o antropofagismo, também conhecido como canibalismo. De acordo com Maduro²⁷, a esses índios deu-se o nome de Botocudos, por utilizarem o Botoque no lábio inferior ou nos lóbulos das orelhas, o que lhes dava um aspecto horrível.

a região era considerada a última frente de resistência indígena do Leste brasileiro (o famoso bolsão dos Botocudos). Os índios foram empurrados para essa região e, finalmente, aí cercados e encurralados pelas frentes pioneiras de colonização do Leste de Minas Gerais, Sul da Bahia e do Espírito Santo. Os últimos remanescentes dessas tribos foram transferidos, na década de 40, do Espírito Santo para postos indígenas em Minas Gerais e no Sul da Bahia.²⁸

No início do século XX, o Governador capixaba Florentino Avidos concebe o projeto de interligar e integrar a região portuária de São Mateus no norte do estado

²⁵ ROCHA, Vasco; LEITE, Indayassú. Estados Irmãos disputam território. Globo, Rio de Janeiro, ano 23, p. 1,12, 30 ago 1948c.

²⁶ PIMENTEL, Eupídio. Índios do Rio Doce. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo – IHGES, nº VII: Oficinas da Vida Capixaba: Vitória. 1934, p. 13. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/PDF/Revistas_IHGES/Revista07_01.pdf. Acesso em: 10 de out. 2014.

²⁷ MADURO, Luiz Carlos. História da Colonização do Norte do Rio Doce. Princesa do Norte: Colatina, 1999. Revista Nossa. Edição Especial. p.03.

²⁸ DIAS, Luzimar Nogueira. Massacre em Ecoporanga: Lutas Camponesas no Espírito Santo. Vitória: Cooperativa dos Jornalistas do Espírito Santo, 1984, p.11-12.

com a região de Diamantina nas Minas Gerais passando pelo noroeste capixaba. O projeto, ambicioso para a época, consistia na construção de uma ferrovia e de uma ponte sobre o Rio Doce, no atual município de Colatina, noroeste do Espírito Santo.

Ao final de 1928, a ponte sobre o Rio Doce é concluída, o mandato de Florentino Avidos também, e o sonho de interligar o Noroeste Capixaba não passava de uma “picada aberta na mata”. Porém a ponte sobre o Rio Doce, posteriormente batizada de Florentino Avidos, torna-se um marco do processo de colonização da região noroeste capixaba, uma vez que ela foi a porta de entrada dos imigrantes e até mesmo de migrantes, oriundos de diversas regiões, principalmente do nordeste brasileiro, para o noroeste capixaba, dando início ao ciclo colonizador que basicamente se constituía de derrubar a mata, abrir estradas, introduzir a cultura do café ou a pecuária bovina e, por consequência, formar pequenos núcleos populacionais, conforme nos relata Dias:

quando se verificou o aceleração da ocupação de todo o Norte do Rio Doce. A ponte sobre o rio, em Colatina, concluída no início do século, já havia aberto as portas para a efetiva ocupação. A cultura do café possibilitou a fixação dos colonos e a sustentação econômica do empreendimento agrícola de colonização. O último surto madeireiro, iniciado durante os anos da última Guerra Mundial, proporcionou a abertura de estradas para o deslocamento das frentes de colonização. Acabada a madeira em um local, a frente madeireira deslocava-se para outro, mais adiante, deixando um rastro de estradas, casas, povoações. Estas se consolidaram e atingiram o estágio de vilas e cidades, quando o surto seguinte foi o cafeeiro, ou estagnaram, a atividade seguinte foi a pecuária.²⁹

Diante do rápido processo de colonização, ocorrido a partir da segunda década do século XX, na região litigiosa, observa-se o agravamento dos conflitos de interesse, que estão envoltos em um tripé, composto pelos grandes latifundiários/empresários (madeireiros), pelas forças do estado e provavelmente o lado mais frágil deste tripé, os camponeses.

É neste contexto do avanço da colonização que ocorre a necessária e providencial fusão dos interesses tanto de madeireiros quanto de pecuaristas. Ambos careciam de áreas nas quais pudessem desenvolver suas atividades. Para consegui-las, uniram forças na tentativa de expulsar os posseiros, tão logo da expulsão dos botocudos. [...] Ambos os setores gostariam de livrar a região desses incômodos plantadores de café e de lavoura branca em pequenas glebas. Para isso, contratavam jagunços e bate-paus, e tratavam de corromper integrantes da polícia e do aparelho do

²⁹ DIAS, 1984, p.12.

estado. A existência dos posseiros obstaculizava grandemente o avanço da indústria madeireira e a implantação da atividade pecuária.³⁰

É nesse cenário que se inicia, conforme evidencia Garcia:³¹ o mais longo dos movimentos messiânicos no Brasil.

1.2 Movimento Jeovense e Criação do Estado de União de Jeovah

O Movimento Jeovense, também conhecido como Movimento de Cotaxé, ou simplesmente Cotaxé, como ficou regionalmente conhecido, longe dos holofotes da historiografia nacional, como define Vilaça³², foi um movimento social, político e religioso que culminou na tentativa de construção de um estado camponês, baseado em princípios cristãos de igualdade, fraternidade e distribuição de terras, conforme evidencia Garcia³³: um estado camponês no qual fosse praticada a igualdade na questão da propriedade da terra, regido pelas leis de Deus e baseado nas práticas religiosas impostas pela fé.

A esse novo ente federativo, deu-se o nome de União de Jeovah, localizado no extremo noroeste do Estado do Espírito Santo, na região conhecida como Zona do Contestado, por ser contestada por Minas Gerais e Espírito Santo desde o início do século XX, aos “pés” da serra dos Aimorés, no município hoje denominado Ecoporanga, com densas matas. A chegada de aventureiros, vindos principalmente de Minas Gerais e da Bahia, levou os primeiros idealizadores do movimento a promover no local a sensação de que aquele era o “paraíso terrestre”, conforme remonta Vilaça:

Um “paraíso terreno”, em que houvesse terra para morar e para trabalhar, em que o pão fosse ganho com o suor do rosto e não conspurcasse a espiritualidade humana com os pecados decorrentes da desigualdade, da injustiça social. Até mesmo a religião, que tantas vezes demarca uma aguerrida cartografia da fé entre os homens, inspirava-se na tolerância de um ecumenismo, em altar que acolhia a todos na adoração antiga de um só Deus, uma só irmandade – na grande fraternidade pretendida em União de Jeovah.³⁴

³⁰ GARCIA, 2011, p.60.

³¹ GARCIA, 2011, p. 58.

³² VILAÇA, Adilson. Cotaxé: A reinvenção de Canudos. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Vitória, 2007, p.7.

³³ GARCIA, 2011, p.63.

³⁴ VILAÇA, 2007, p.7.

Para fins didáticos e ilustrativos, fazem parte da região contestada e litigiosa em questão, os territórios dos atuais municípios: Ecoporanga, Barra de São Francisco, Água Branca, Alto Rio Novo, Mantenópolis, Água Doce do Norte, Mucurici, Ponto Belo e Vila Pavão, pelo lado capixaba; Mantena, Itabirinha de Mantena, São João do Manteninha, Nova Belém, Ouro Verde de Minas, Galiléia, São Geraldo do Baixio e Ataléia, em terras mineiras.

A ausência do poder público estatal na região e a chegada de grandes correntes migratórias, advindas em sua maioria de Minas Gerais e Espírito Santo, tornaram a região uma “terra de ninguém, verdadeira Babel jurisdicional”³⁵. Confirmam Neves e Pacheco³⁶ que a rede institucional, tanto do Espírito Santo como de Minas Gerais, não acompanharia o incremento das correntes migratórias que se moveriam para o norte/noroeste, registrando no “território novo, em fase de desbravamento. O aparato da Justiça e a força da Lei eram tardos e lentos para valerem com eficiência”, ou seja, não havia na região nenhuma infraestrutura ou condições salutaras que propiciassem um desenvolvimento local organizado. Pelo contrário, os desbravadores enfrentavam terras inóspitas, florestas, animais selvagens, doenças, abrindo clareiras para pequenas áreas de cultivo. Lutavam por uma produção de subsistência, enquanto ocorria a inversão do processo econômico regional: a penetração da indústria madeireira e a sede de expansão da pecuária.³⁷

Acontecia que os fazendeiros, tendo dinheiro e influência, conseguiam registrar, em cartórios capixabas e mineiros, as terras primeiramente ocupadas, desbravadas e cultivadas pelos posseiros. Com base nessa “legalização”, achavam-se no direito de expulsar os lavradores que estavam “invadindo suas propriedades”.

Para corrigir tais distorções, os lavradores organizam um movimento que misturou a questão fundiária com a pregação religiosa. Com discursos fundamentados na Bíblia, “prometia conquistar terras, criar uma sociedade mais fraterna, justa e muito religiosa, um verdadeiro paraíso”. Assim nasce o sonho de constituição do Estado de União de Jeovah.

Segundo Vilaça³⁸, a instalação precária do Estado de União de Jeovah, cobrindo uma área de pouco mais de 10 mil km², vislumbrou o surgimento de

³⁵ DIAS, 1984, p.12.

³⁶ SANTOS NEVES, Luiz Guilherme; PACHECO, Renato José Costa. Ecoporanga, da concepção à vida adulta: resgate da memória de um povo. Vitória: Brasília Ed., 1992. p. 48.

³⁷ DIAS, 1984, p.12.

³⁸ VILAÇA, 2007, p.7.

Udelino Alves de Matos, líder do movimento jeovense, natural de Alagoinhas na Bahia e de seus seguidores, provenientes, em maioria, de Minas Gerais e Bahia, mas também havia pernambucanos, alagoanos e sergipanos.

Udelino Alves de Matos chegou à região do contestado entre Minas Gerais e Espírito Santo em meados da década de quarenta do século XX, tornou-se professor em uma escola primária localizada na fazenda da família Dias Flores, sempre muito bem vestido e educado, adquiria respeito entre os moradores da região, incluindo os fazendeiros. Homem religioso, era constantemente visto pregando o evangelho, a boa palavra do Senhor, em meio à multidão de jagunços e posseiros. Frequentemente regressava a sua terra natal (Bahia), trazendo consigo novos posseiros e jagunços. Conforme nos evidencia Garcia:

Udelino chegou à região contestada no final dos anos quarenta. Baiano, com pouco mais de vinte anos, trajava sempre um terno preto que lhe dava um aspecto de seriedade e trazia junto de si uma bíblia que parecia fazer parte do seu traje. Ele era moreno e magro e sempre gostava de citar passagens bíblicas e de falar de Deus aos seus ouvintes.³⁹

Udelino Alves de Matos é uma figura emblemática na contextualização histórica da região do Contestado Mineiro-Capixaba. Para uns ele foi, ele é e sempre será um grande líder, um verdadeiro Mártir; para outros, não passava de um forasteiro, semianalfabeto, interesseiro, arruaceiro, que pregava o caos social (pois era contra a ordem política, social e econômica da época). Portanto, destacamos as duas visões a respeito de Udelino Alves de Matos:

Para Vilaça⁴⁰, “Udelino era um visionário, um lunático, um louco. Indivíduo semianalfabeto, vivia com aquela bandeira, para baixo e para cima. Uma bandeira verde, com faixa branca. Dizia querer fundar um estado na região dele, União de Jeovah”.

Para Garcia:

Udelino possuía razoável domínio da arte da oratória, pregador e visionário, a partir de um conjunto de ideias de natureza messiânicas articuladas ao discurso da terra, conseguiu empolgar um grande número de camponeses. Centenas e centenas passam a seguir Udelino nas ações para implantação do Estado União de Jeovah.⁴¹

³⁹ GARCIA, 2011, p.63.

⁴⁰ VILAÇA, 2007, p.30.

⁴¹ GARCIA, 2011, p.63.

Conforme veremos a seguir, em pouco tempo Udelino Alves de Matos passa por uma transformação, deixa de ser um simples posseiro, pregador do Cristianismo e professor daquele povo praticamente analfabeto, para torna-se líder dos agricultores. Sua fama se espalha por todo o “Contestado” e chega até o Catete⁴², junto com ela a ambição de criação de um estado camponês de direito em uma região totalmente carente da presença do Estado.

O Estado União de Jeovah seria um novo ente da Federação brasileira, cuja população seria formada somente por lavradores, camponeses, posseiros, grileiros e todos aqueles que se caracterizavam por estar à margem da sociedade, ou seja, com o viés de excluídos da sociedade. Udelino Alves de Matos seria não apenas o líder, muito provavelmente, seria o presidente do futuro estado⁴³. Garcia confirma essa idéia quando revela que “Udelino Alves de Matos também era um verdadeiro Delegado de Terras, nomeado pelo presidente Getúlio Vargas” para governar no novo e emergente estado da federação.⁴⁴

Os líderes do movimento eram posseiros, camponeses e grileiros que exerciam diversas funções, como por exemplo: compor o “exército” jeovense, munido de armas pessoais (facões, foices, enxadas, revólveres e garruchas de baixo poder de fogo) que, por vezes, tornou-se a milícia armada do Contestado, dando uma sensação de segurança a uma região que mais parecia com um barril de pólvora prestes a explodir.

Para Dias, as autoridades da época compararam o Estado União de Jeovah a uma “nova Canudos”, e Udelino seria um Antônio Conselheiro, por sua religiosidade, misticismo, tentando fundar um novo estado na região litigiosa. Udelino contava com o apoio da Igreja local.⁴⁵

Para legitimar a criação do Estado de União de Jeovah, os líderes do movimento organizaram um abaixo-assinado em 1952, com vistas a encaminhá-lo à Presidência da República com o objetivo de que o então Presidente da República, Senhor Getúlio Dorneles Vargas, chancelasse o desmembramento da região contestada dos Estados Minas Gerais e Espírito Santo, dando origem ao Estado de União de Jeovah.

⁴² Palácio do Catete, sede do Governo da República Federativa do Brasil, localizada na cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal.

⁴³ A Constituição Federal de 1934 instituía o cargo de Presidente para o chefe do Executivo nos Estado.

⁴⁴ GARCIA, 2011, p.63.

⁴⁵ DIAS, 1984, p.13.

[...] Encontra-se nesta capital, hospedado no Albergue da Boa Vontade, o Sr. Udelino Alves de Matos, que veio ao Rio especialmente para entregar ao presidente da República um memorial contendo 866 assinaturas de lavradores radicados na zona contestada entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, que estão sendo vítimas de toda a sorte de violências de parte de ricos “grileiros” e, assim, ameaçados de perderem suas terras. [...] Desse modo, de acordo com os demais lavradores daquela região, resolvi vir ao Rio apelar diretamente para o governo federal no sentido de que tome uma providência que faça cessar as violências e o ambiente de terror em que vivemos para que possamos trabalhar em paz e cuidar de nossas famílias. Cheguei ao Rio no dia 23, e no mesmo dia fui ao Palácio do Catete onde fiz a entrega do memorial contendo as 866 assinaturas de lavradores ameaçados. Infelizmente, não pude me avistar com o presidente que, na ocasião, estava de viagem na Bahia. Agora, que já voltou, espero ser recebido para dizer-lhe de viva voz tudo que estamos sofrendo. A nossa última esperança – terminou o Sr. Udelino Alves Matos – repousa agora no Sr. Getúlio Vargas. Tenho fé de que ele não nos faltará com seu auxílio e o poder da sua autoridade na defesa dos nossos direitos de trabalhadores. [...]⁴⁶

Sem esperar a resposta do abaixo-assinado, os Jeovenses, cerca de 850 posseiros, começaram a organizar o “novo Estado”. Uma bandeira foi confeccionada: era verde com uma faixa branca diagonal. Um hino foi composto, exaltando a construção de “um mundo novo, de paz, amor, liberdade, onde viva feliz o povo, igual na felicidade, tendo oficinas e escolas, onde ninguém peça esmolas, nem sofra necessidades”.

A Bandeira estadual seria um retângulo na cor verde, com uma faixa na cor branca, em sentido diagonal. Um exemplar da bandeira do novo estado era hasteado em cada lugarejo ou fazenda que a aceitasse.

O Hino Oficial tratava-se da Canção do Lavrador, cuja letra é de autoria do poeta camponês José das Virgens. Para Garcia, os versos fortes, nos quais cantadas as esperanças do campesinato propunham a união e louvavam a determinação daqueles camponeses.

“É segredo revelado / O poder da união / para tê-lo confirmado, / Basta o encontro das mãos. / Se dois unidos são fortes, / Um milhão detém a morte / Na garganta do canhão. Os lavradores unidos, / No ideal e na ação, / Breve verão resolvidos / Os problemas da Nação. / Tornando mecanizada / Esta lavoura atrasada / Que recebemos de Adão / Temos varrido o desgosto / De só com o suor no rosto / Amassar o nosso pão”.⁴⁷

⁴⁶ Trecho de Artigo Publicado no “O JORNAL” DO RIO DE JANEIRO, DO DIA 05 DE JUNHO DE 1952 – COTAXE 269-271.

⁴⁷ VILAÇA, 1997, p.86.

O distrito de Cotaxé foi escolhido para ser a capital provisória do virtual Estado. Lá, protegida por trincheiras, foi erguida a Casa de Tábuas, um barracão de madeira de aproximadamente 11 metros de comprimento por 8 metros de largura, como sede do governo⁴⁸. Deste “rancho”, verdadeiro quartel-general, Udelino começou a despachar. Por meio de bilhetes, fazendeiros foram ameaçados de morte e intimados a abandonarem o território de União de Jeová.

Segundo Garcia:

Para aquela gente simples, tudo estava aparentemente caminhando para tornar real a existência do Estado de União de Jeovah. A superestrutura estava se organizando e a população aumentava a cada dia. Crescia também a certeza da efetivação dos seus sonhos de se tornarem proprietários rurais. União de Jeovah aos poucos se configurava na mente e nos corações dos posseiros como o verdadeiro paraíso terrestre e Udelino como grande e incontestável líder.⁴⁹

Em seus pronunciamentos, Udelino instigava os lavradores a ocuparem as fazendas. As deliberações eram escritas e publicadas, por meio de “editais” fixados nas porteiras.

Temendo ser assassinado em uma emboscada, Udelino mantinha uma guarda pessoal formada por 20 homens armados. O chefe dos guarda-costas era João Come-Cru, seu “braço direito”.

O discurso igualitário e messiânico de Udelino estava transformando a região do Contestado em uma Nova Canudos. A exemplo do arraial de Belo Monte de Antônio Conselheiro, erguido no sertão baiano entre 1893 e 1897, as inquietações camponesas, no sertão noroeste capixaba, despertaram o ódio dos fazendeiros e chamaram a atenção das autoridades.

Na visão de Garcia:

Udelino representava, para o povo local, a figura de um pai protetor disposto a lutar para defender seus “filhos”. Representava também, devido a sua religiosidade, a imagem de um santo, de um homem enviado por Deus para fazer justiça aos seus, mesmo que essa justiça viesse com o uso de armas, o que realmente acabou acontecendo. Udelino era respeitado e amado pelo povo da região e, por sua simplicidade e carisma, conquistava e manipulava a todos sem maiores dificuldades.⁵⁰

⁴⁸ GARCIA, 2011, p. 65.

⁴⁹ GARCIA, 2011. p.65.

⁵⁰ GARCIA, 2011. p.65.

Em 1953, o governador Jones dos Santos Neves, como reação aos infundáveis conflitos fundiários em Ecoporanga, mobilizou as tropas da Polícia Militar e despachou-as para a região. De acordo com Dias, “O governo Jones Santos, sem qualquer mandado judicial, enviou um comando militar à zona para dizimar o movimento, em fevereiro de 1953”.⁵¹

Após o Massacre em Ecoporanga, a paz dos cemitérios reinava em Cotaxé. A batalha dos jeovenses foi perdida: o Estado União de Jeová foi destruído, antes mesmo de entrar no mapa. Udelino passou a viver foragido da polícia, nunca mais se ouviu falar dele, dando fim ao Movimento Jeovense que, para Garcia, “provavelmente o último daqueles considerados como sendo de natureza messiânica, os quais ocorreram no país a partir de Canudos e, em seguida durante a primeira metade do século XX”.

1.3 A Repressão Estatal

Conforme vimos anteriormente, a presença de terras devolutas, o rápido crescimento populacional, a inexpressiva presença estatal na região e os ideais reacionários do movimento do contestado em prol da criação do Estado de União de Jeovah consolidaram, na região limítrofe da Serra dos Aimorés, o que podemos caracterizar como verdadeiro massacre de camponeses. De acordo com Pontes⁵², a insegurança na região possuía diversas razões: ora elas se originavam nas disputas por terras, ora entre simples desafetos, ou mesmo por intermédio de abusivas ações policiais.

Verdade seja dita, a região mais parecia um campo de batalha, um verdadeiro campo minado, ou, como dissemos anteriormente, um barril de pólvora prestes a explodir, conforme nos evidencia Pontes:

Nos períodos mais acirrados das disputadas entre os dois Estados, expressivos contingentes policiais foram enviados à região. E ambos os lados, armados e preparados para um violento confronto, não hesitavam em exhibir seu poderio bélico e sua disposição para os embates de grande envergadura, que na verdade jamais vieram a ocorrer.⁵³

⁵¹ DIAS, 1984, p.13.

⁵² PONTES, 2007, p.94.

⁵³ PONTES, 2007, p. 95.

Os conflitos armados na região contestada ganharam notoriedade não apenas na região litigiosa e em suas redondezas, mas repercutiram nacionalmente, a ponto de jornais da até então Capital Federal, o Rio de Janeiro, como exemplo, O Globo e a Revista O Cruzeiro, enviarem correspondentes para narrar o conflito, como veremos a seguir, em trecho da revista O Cruzeiro, de maio de 1948:

Mais uma vez, os dez mil quilômetros quadrados ao norte do Rio Doce assistem, pela sua posse, aos preparativos de uma luta armada entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, de sérias e imprevisíveis conseqüências. Para esse repórter, que percorreu cerca de 700 quilômetros em um Jeep, visitando todas as frentes, a 'guerra' é uma realidade ridícula porque, mesmo vendo e fotografando as tropas em movimento, foi-nos quase impossível acreditar que neste país de oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados e com apenas 45 milhões de habitantes, dois estados chegassem a mobilizar suas forças regulares para trocar tiros, por que se consideram no direito a esse ou aquele pedaço de terra fronteiroço [...] A Zona do Contestado é uma verdadeira terra de ninguém.⁵⁴

O auge da disputa armada ocorreu em abril de 1948, quando chegou à capital do Estado do Espírito Santo, Vitória, a notícia de que o território do Espírito Santo havia sido invadido por tropas mineiras na região do contestado. Este fato, desencadeou diversas reações por parte do governo estadual. Dentre as ações adotadas pelo Interventor do Estado do Espírito Santo, Carlos Lindenberg está a organização de força tarefa composta por aproximadamente seiscentos homens fortemente armados e destacados de imediato para a região em litígio. Sob as ordens do Capitão Aguiar, chefe da casa militar, iniciou-se a retomada dos distritos administrativos dominados pelos mineiros e o policiamento de todos os povoados e fazendas da região, que passaram a receber e abrigar aquelas forças militares.⁵⁵

A força policial enviada pelos dois estados encontrava resistência por toda a região contestada da Serra dos Aimorés. As agressões a civis, posseiros, agricultores, grileiros e lavradores eram comuns e recorrentes, a ponto de serem registradas pelos repórteres do Jornal O Globo, em reportagem realizada, em 1948, sobre o conflito no contestado mineiro-capixaba, conforme veremos a seguir:

Um acordo celebrado pelos representantes das autoridades policiais mineiras e capixabas pôs termo, afinal, à estranha e inacreditável situação em que foram colocados os setenta mil habitantes do território contestado. Situação essa criada com as perseguições, prisões e espancamentos que

⁵⁴ AGUIAR, Wilson. Um novo "Contestado" entre Minas e Espírito Santo? O Cruzeiro, [Rio de Janeiro], n. 8, p. 12-18, maio 1948.

⁵⁵ PONTES, 2007, p. 95.

se vinham registrando, sem nada que se pudesse justificá-los. O povo estava na posição do marisco. Era ele que vinha sofrendo enquanto o mar brigava com o rochedo.⁵⁶

Em 1948, o Jornal O Globo publicou uma série de reportagens especiais sobre a violência, os crimes e os abusos de autoridades ocorridos na Zona do Contestado, comparada por muitos como sendo uma terra de ninguém, ou terra sem lei. A reportagem abaixo, intitulada “Apreensões e arbitrariedades na região contestada”, apresenta de forma contundente e perspicaz o clima violento com o qual o processo de ocupação da região era cingido.

Na reportagem precedente, da série que estamos publicando sobre os acontecimentos desenrolados no território do contestado, narramos, pela palavra do Sr. João Batista Netto, os fatos verificados no povoado de Ariranha, contando-nos aquele escrivão de paz como ali apareceram as autoridades capixabas e como a vila se transformou pela inquietação que os atos de violência praticados causaram à população, o que motivou, até, o fechamento sumário de várias casas comerciais e a mudança, para outras regiões, de numerosos antigos habitantes de Ariranha [...] Afirma-se que foram muitos os casos de espancamento ali ocorridos. Os espancamentos eram realizados, como se diz, com um chicote feito de embiras trançadas, chicote ao qual os capixabas dão o nome de “gorungumba”. O lavrador de Vargem Grande, José Faustino de Souza, por exemplo, foi esbordoado pela simples razão de, interpelado por um soldado capixaba, haver dito que o povoado se chamava Vargem Grande e não Ametista. Outros espancamentos se deram pelo fato de não quererem os negociantes e outros habitantes pagar impostos ao Espírito Santo, ou porque declararam que estavam pisando em solo mineiro ou porque diziam haver pago os mesmos impostos a Minas.⁵⁷

Na reportagem abaixo, do Jornal O Globo, observa-se que os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo firmaram diversos acordos, através de seus representantes, com o objetivo de acalmar os ânimos e reduzir a tensão existente na região contestada.

Suspensas apenas as hostilidades – a despeito do acordo celebrado pelo coronel Altino Machado, mineiro, e pelo capitão Josias Gonçalves Aguiar, capixaba, pondo termo às perseguições e aos espancamentos que vinham sendo praticados, existe um ambiente de apreensões e incertezas em meio à calma aparente que se observa agora na região. Todos compreendem claramente que as hostilidades foram apenas suspensas [...] É preciso que

⁵⁶ ROCHA, Vasco; LEITE, Indayassú. Estados Irmãos disputam território. Globo, Rio de Janeiro, ano 23, p. 1,12, 30 ago 1948c.

⁵⁷ ROCHA, Vasco; LEITE, Indayassú. Apreensões e arbitrariedades na região contestada. Globo, Rio de Janeiro, ano 23, n. 6.852, p. 1,9-10, 6 set. 1948a.

se acentue, como nos fez ver o capitão Josias, que o acordo foi apenas fiscal, nada tendo a ver com a questão de limites.⁵⁸

Nas reportagens acima, do Jornal O Globo e da Revista O Cruzeiro, observam-se dois enfoques ligeiramente diferentes para o mesmo conflito: “O Contestado Mineiro-Capixaba”. Verifica-se, no texto jornalístico de O Globo, um tom, um tanto quanto tendencioso e politiqueiro, com o intuito de expor apenas o que se interessa revelar, ou seja, vislumbra-se apenas a obscuridade do movimento, evidenciando apenas a violência dos jagunços e justiceiros sobre uma sociedade esfacelada pela ausência do aparato estatal que poderia dar segurança a população. A Revista O Cruzeiro, em suas reportagens, apresenta-nos um enfoque mais imparcial, pelo menos do ponto de vista político, remetendo-nos à reflexão de que os conflitos da região não estavam alicerçados somente no conflito bélico.

Apesar de essa pendência entre Minas e Espírito Santo datar de mais de um século, ela foi avivada em 1945 e reavivada no momento pela ambição do prefeito de Mantena, Sr. José Fernandes Filho, vulgo Fernandinho que, ao tomar conhecimento do laudo arbitral do Serviço Geográfico do Exército, traçou no mapa, com um lápis, a linha que deveria ser o limite entre os dois estados, tão somente porque a região abrangida é a que oferece às suas operações comerciais maiores proveitos. Essa é a razão de manter trezentos cangaceiros em armas, com os quais conseguiu 80% da votação do município que fundou (Mantena) na cidade de Gabriel Emílio, distrito do município Espírito-santense de Barra de São Francisco, de acordo com a legislação capixaba. O governo mineiro, desde a interventoria do Sr. Benedito Valadares, por questões políticas, vem dando braço forte ao senhor Fernandinho em troca do seu apoio [...] e, para completar esse quadro, o pequeno ditador, que com seus cangaceiros a todos intimida, conforme nos afirmou o juiz de direito Cristiano Alves de Abrel Castro, da comarca de Barra de São Francisco, em apenas seis meses já mandou assassinar mais de 200 pessoas no contestado porque não lhe obedeceram.⁵⁹

Conforme vimos anteriormente, o Contestado Mineiro-capixaba era um verdadeiro campo minado, prestes a eclodir em um sangrento conflito armado de proporções até hoje inimagináveis. É fato que ambos os Estados, o Espírito Santo e Minas Gerais, não chegaram às vias de fato de confronto armado. Porém, foram responsáveis por agitar, manipular e fomentar a ação de coronéis que reprimiam a população local, mantendo uma ordem forçada.

⁵⁸ ROCHA, Vasco; LEITE, Indayassú. Apreensões e arbitrariedades na região contestada. Globo, Rio de Janeiro, ano 23, n. 6.852, p. 1,9-10, 6 set. 1948a.

⁵⁹ AGUIAR, 1948, p. 12-18.

Na segunda metade do século passado, o desenvolvimento do noroeste capixaba foi vertiginoso. O aumento populacional e o crescente fluxo monetário da região, advindos da extração madeireira, da pecuária e da agricultura favoreceram um outro tipo de conflito, que muitas vezes passa despercebido pelo olhar do pesquisador, mas que possui um papel fundamental na organização e desenvolvimento do conflito armado. Esse fator é a Dupla Jurisdição. Ou seja, em muitas comunidades, tanto o Estado do Espírito Santo quanto o Estado de Minas Gerais se enveredavam, cobrando impostos, instalando cartórios e diversos órgãos públicos com a finalidade de cobrar impostos, muitos dos quais eram cobrados em duplicidade pelos dois estados. Portanto, a população local era lesada duplamente pela ação de ambos os Estados.

[...] Na maioria dos povoados ainda ocorria a intromissão de jurisdição. Num mesmo distrito eram instalados cartórios capixabas e mineiros, igualmente ocorrendo com as coletorias etc. Nesse contexto, o Fisco de ambos os estados se via lesado, eis que a grande maioria dos contribuintes, confusos quanto à legalidade das cobranças em duplicidade, deixavam de pagar impostos a ambos. A confusão se fez tamanha que, a partir de um determinado ponto daquele litígio político territorial, não havia mais lei que os fizesse cumprir essa obrigação [...]⁶⁰

Com o aumento populacional, nas décadas de 1940 e 1950, a população de todo o contestado saltou para mais de duzentos mil habitantes, e os fortes embates entre mineiros e capixabas sobre a jurisdição da região contestada agitaram politicamente toda a região e chegaram às capitais dos dois estados em conflito. Nas Assembléias Legislativas dos dois estados os debates eram acalorados.

O Clima de insegurança na região era tão forte que pode ser observado em uma passagem do livro sobre a biografia de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, em narrativa, quando ainda ocupando a pasta de Secretário de Agricultura do Estado do Espírito Santo, visitou o norte do Estado, em agosto de 1938, partindo a cavalo por picadas abertas na mata fechada de Nova Venécia em direção a Barra de São Francisco.

No caminho, Carlos quis saber o que era um cercado de dez metros quadrados à beira da estrada. Um morador da região que os acompanhava explicou:

⁶⁰ PONTES, 2007, p. 99.

- Não é nada importante. Foi feito por um camarada que no mês passado matou dois. Nestas bandas, é obrigação do assassino enterrar o morto. Ele enterrou aqui, e fez essa cerquinha para marcar o lugar.
- E onde ele está?
- Ele continua por aí mesmo, doutor. Já cumpriu a sua obrigação.⁶¹

O conflito era tão evidente na região e estava intimamente associado ao desenvolvimento das comunidades da região, que, “Na volta para Gabriel Emílio, atual Mantena, em Minas Gerais, um morador não aceitou recebê-los, pois um capitão da Polícia Militar de Minas Gerais prometera dar uma surra em quem hospedasse a caravana”.⁶²

Sabendo da insegurança na região e da presença de forasteiros em grande contingente, Eugênio Neves Cunha escreve, ao Secretário de Agricultura Carlos Lindenberg, cobrando maior força policial na região, como veremos a seguir:

Soube também, por notícias de todo o crédito, que nas cabeceiras do Rio 15 de novembro, afluente do braço norte do S. Mateus, está um Sr. Messias Gonçalves, por alcunha Capitão Messias, na exploração de uma lavra de águas marinhas e turmalinas com uns 600 garimpeiros, todos portadores de armas proibidas, tendo como seus auxiliares diretos os indivíduos Nestor Gomes, José Bernardes, Sebastião Nunes e um tal Cirilo, isto é, os piores bandidos existentes nos Estados de Minas e Espírito Santo, todos responsáveis por uma série formidável de crimes bárbaros, todos do conhecimento das autoridades policiais dos dois Estados.⁶³

A instabilidade política, econômica e social da região do contestado resultou na criação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) da Assembléia Legislativa do Espírito Santo para apurar as denúncias de excesso de poder e arbitrariedades cometidas pela Polícia Militar do Espírito Santo na época do Contestado.

Ainda em 1954, uma Comissão Parlamentar de Inquérito é instalada na Assembléia Legislativa do Espírito Santo para investigar aqueles acontecimentos e averiguar a extrema violência empregada pela Polícia Militar. Como decorrência da condenação dessas violências, e não mais existindo a atuação de Udelino, inaugura-se um período onde a violência retoma o seu curso habitual, o curso da violência social e da violência institucional. Não deixa de existir, porém não mais se trata da violência colocada em prática pela expedição de natureza militar e policial.⁶⁴

⁶¹ ALMEIDA, Amylton de; GURGEL, Antonio de Padua. Dr. Carlos: um homem do campo e sua relação com o poder. Vitória: [s.n.], 2000, p. 157-158.

⁶² ALMEIDA, 2000, p.157-158.

⁶³ CUNHA, Eugênio Neves. Carta de Eugênio Neves Cunha, datada de 4 de maio de 1938, dirigida ao Secretário da Agricultura Carlos Lindenberg. In: ESPÍRITO SANTO (Estado). Limites: Espírito Santo X Minas Gerais. Vitória, [1938?].

⁶⁴ GARCIA, 2011, p. 73.

Faz-se saber que, após as definições dos limites e divisas entre os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais, o conflito que outrora era jurisdicional transforma-se em conflito político, com a atuação do PCB, Partido Comunista do Brasil, acarretando, em meados dos anos de 1960, um conflito agrário que intensifica a violência em uma região que carecia da presença do Estado.

Assim, o efêmero “Estado União de Jeovah”, após sua liquidação, evolui para a fundação da União de Posseiros de Cotaxé, em 1957 e, em seguida, na organização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ecoporanga, no primeiro semestre de 1963, visando enquadrar-se na legislação sindical rural estabelecida pelo Governo Jango. Considerando-se essas circunstâncias, pode-se afirmar seguramente que ocorreu em Cotaxé uma transição de movimento espontâneo, messiânico e de alcance restrito, local e isolado, para movimento consciente, organizado e politicamente articulado com outros movimentos sociais, extrapolando inclusive sua área geográfica original.⁶⁵

Portanto, nota-se que o Movimento Jeovense, a priori um movimento campesino e com características messiânicas, após o conflito armado que desencadeou a morte de seus principais líderes ou, pelo menos, provocou a expulsão, para outras regiões do Brasil, de seus mentores, transforma-se rapidamente em movimento político, patrocinado e encampado pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB, que ganha força em virtude do contexto político nacional que se estava presenciando.

Ao longo deste capítulo, caracterizamos o Movimento Jeovense como um movimento messiânico rústico e a curta vida do Estado de União de Jeovah, como uma representação clara dos ideais de emancipação política e religiosa que sintetizava tal movimento. No próximo capítulo, estudaremos as principais definições dos termos como: “messias”, “messianismo”, “milénarismo” e “movimentos messiânicos”; quais foram os principais movimentos messiânicos no Brasil e suas principais características, além da relação entre messianismos e dominados.

⁶⁵ GARCIA, 2011, p. 74.

2 MOVIMENTOS MESSIÂNICOS E MILENARISTAS

Os movimentos religiosos, no decorrer do percurso histórico, receberam diversas nomenclaturas, em razão de suas características sociais, psicológicas, religiosas, sincréticas, econômicas, políticas, etc. Movimentos denominados como “Nativistas”, “revivalistas”, “messiânicos”, “quiliásticos”⁶⁶, “milénaristas”, “revolucionários” ou “reformistas”, “proféticos”, “sincréticos”, “cultos de crise”, entre outros tantos, caracterizam-se não apenas por questões teológicas, mas, também, pelo contexto histórico no qual estão inseridos.

Quando nos referimos a termos ou palavras como: Movimentos Messiânicos, Messianismo ou Messias, via de regra, criamos em nossas mentes estereótipos que estão intimamente associados a nossa cultura, a nossa religiosidade e a nossa situação social. Outra reflexão importante está costumeiramente associada ao simples fato de classificarmos como sinônimos os Movimentos Messiânicos e Movimentos Milenaristas. O Fenômeno Messiânico-Milenarista no Brasil, representado por Canudos, Contestado, Pedra Bonita e Caldeirão foram pesquisados pela historiografia brasileira nas óticas política, militar, econômica e social, porém a questão religiosa quase sempre parece despercebida no meio das pesquisas acadêmicas.

Faremos, a partir deste capítulo, uma releitura dos movimentos messiânicos e milenaristas ocorridos no Brasil desde meados do século XIX e enfatizaremos as definições, conceitos e características próprias desses movimentos, buscando sempre a variável religiosa associada ao meio social, como descreve Maria Isaura Pereira de Queiroz⁶⁷, quando nos apresenta, em sua obra, que o conflito social é a base para os movimentos messiânicos milenaristas, caracterizados pelo embate entre latifundiários e “sem-terra”. Estes são marginalizados, empobrecidos e desamparados. O Sagrado, por sua vez, não é considerado. Sendo assim, iniciaremos nosso estudo sobre conceitos e definições de movimentos messiânicos e milenaristas caracterizando e conceituando os seguintes termos: Messias, Messianismo, Movimentos Messiânicos e Movimentos Milenaristas.

⁶⁶ De acordo com o Dicionário Básico das Religiões, de Pedro R. Santridián (1996), o termo Quiliasmo vem do grego Khilioi = mil, é uma crença no Millenium, período de mil anos.

⁶⁷ PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. O messianismo no Brasil e no mundo. São Paulo: Dominus, 1965. p. 6.

2.1 Definição de Movimentos Messiânicos e Milenaristas

Para iniciarmos nossa pesquisa sobre os conceitos e definições acerca dos Movimentos Messiânicos e Milenaristas, devemos, primeiramente, desconstruir a imagem de sinônimos que possuem os Movimentos Messiânicos e os Movimentos Milenaristas.⁶⁸

Para Maria Isaura Pereira de Queiroz, Milenarismo é o movimento no qual se instaura o Reino Celeste na terra, que pode realizar-se mesmo sem a intervenção humana; e o messianismo, que é apenas uma subdivisão do problema do Milênio. Essa concepção, de acordo com Cristina Pompa, vem do pensamento de Desroche, que distingue os dois conceitos: o Messianismo é o processo social, e o Milenarismo é a concepção teológica da graça. O Milênio traz consigo o Messias: a consciência messiânica surge no meio social antes de cristalizar-se numa personagem.⁶⁹

Para Cohn, o Milenarismo possui as seguintes características:

1. A Crença de que a felicidade do paraíso será vivenciada pelos fiéis como uma coletividade; 2. Que o paraíso será terrestre, no sentido de que será realizado na Terra e não em algum outro mundo; 3. Que ele é iminente e deve chegar logo e subitamente; 4. É total, pois a Terra não será somente mudada, mas completamente transformada; 5. Que ele será produto de um milagre, pois deverá ser alcançado através de ou com a ajuda de agentes sobrenaturais.⁷⁰

Guimarães faz uma distinção bem contundente e objetiva acerca das definições entre movimento milenarista e movimento messiânico.

Um movimento pode ser considerado milenarista se basear-se na crença de uma salvação coletiva total, iminente e final a ocorrer aqui na Terra, salvação esta propiciada apenas ao grupo dos fiéis, únicos a escapar da completa destruição do mundo. [...] Um movimento é considerado

⁶⁸ Essas definições seguem de perto as concepções de Maria Isaura Pereira de Queiroz, mas não são estranhas à maioria dos autores. A referida autora foi quem mais se preocupou em sistematizar os conceitos e distinguir suas nuances, diferenciando crença de movimento e messianismo de milenarismo.

⁶⁹ POMPA, Cristina. A construção do fim do mundo. Para uma releitura dos movimentos sócio-religiosos do Brasil "rústico". Revista de Antropologia. Vol. 41 n.1. São Paulo, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77011998000100006&script=sci_arttext. Acesso em 15.out.2014.

⁷⁰ COHN, N. Na Senda do Milênio: milenaristas revolucionários e anarquistas místicos da Idade Média, Lisboa, Editorial Presença, 1969, p.13.

messiânico quando entender-se que a salvação coletiva será trazida por um messias, um redentor, um líder carismático enfim.⁷¹

O Milenarismo não está associado diretamente ao messianismo, ou seja, podemos encontrar movimentos milenaristas não messiânicos. O Milenarismo deriva, diretamente, de uma matriz de tradição Zoroástrica. E foi a partir dessa matriz de tradição Zoroástrica que se espalharam e se integraram as tradições islâmicas e judaico-cristãs.

Vejamos, nos próximos parágrafos, o conceito de Messianismo, baseado sob uma ótica judaico-cristã. Para conhecermos um pouco mais dos movimentos messiânicos, iremos aprofundar nossa pesquisa sob o conceito da palavra da qual o messianismo deriva-se, ou seja, analisaremos o conceito da palavra Messias.

O termo “Messias” é frequentemente utilizado para remontar a um personagem carismático, ou, nas palavras de Rossi, “o herói civilizador, o antepassado redentor destinado a ressuscitar o milênio (enquanto conceito/esperança que tem sua gênese no cristianismo) que trará à Terra um mundo perfeito”.⁷²

Ferreira oferece a seguinte definição de messias:

Do hebraico mashiah, unguido, pelo lat. Messias. Pessoa ou coletividade na qual se concretizam as aspirações de salvação, ou redenção. Pessoa a quem Deus comunica algo do seu poder ou autoridade. Líder carismático. Pessoa esperada ansiosamente. Reformador ou pretense reformador social.⁷³

Queiroz complementa:

O messias é alguém enviado por uma divindade para trazer a vitória do Bem sobre o Mal, ou para corrigir a imperfeição do mundo, permitindo o advento do Paraíso Terrestre, tratando-se, pois, de um líder religioso e social. O líder tem tal status não porque possui uma posição dentro da ordem estabelecida, e sim porque suas qualidades pessoais extraordinárias, provadas por meio de faculdades mágicas ou estáticas, lhe dão autoridade; trata-se, pois, de um líder essencialmente carismático. Assim, age graças ao seu dom pessoal apenas, colocando-se fora ou acima da hierarquia

⁷¹ GUIMARÃES, Alba Zaluar. “Os movimentos ‘messiânicos’ brasileiros: uma leitura”. BIB, nº 6. 1979. p 144.

⁷² ROSSI, Luiz Alexandre S. Messianismo e Modernidade: repensando o messianismo a partir das vítimas. São Paulo: Paulus, 2002. (Coleção estudos antropológicos), p. 17.

⁷³ FERREIRA, A. B. de. Novo Aurélio, século XXI, o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 1.324.

eclesiástica ou civil existente, desautorizando-a ou subvertendo-a, a ruptura de ordem estabelecida pode ser de longa duração.⁷⁴

Ainda com vistas no texto de Queiroz⁷⁵, observamos que a figura messiânica pode ser tanto um personagem imaginário, mítico, ou figura histórica imbuída desse caráter, cuja estrutura narrativa observa sempre a seguinte sequência: Eleição divina, Provação, Retiro e Volta gloriosa.

Na teologia judaico-cristã, o termo “messias” é atribuído a Jesus Cristo, uma vez que a unção com óleo era tradicionalmente utilizada para confirmar a autoridade de um Rei, como ocorria entre os reis de Israel. Veremos, a seguir, citação bíblica em I Samuel 10:1⁷⁶, “Tomou Samuel um vaso de azeite e lho derramou sobre a cabeça, e o beijou, e disse: Não te ungiu, porventura, o Senhor, por Príncipe sobre a sua herança, o povo de Israel?”

Segundo Queiroz:

Os termos messias e messianismo e o qualificativo messiânico pertencem à linguagem corrente que os definiu de acordo com os relatos bíblicos. A concepção popular de messias deriva das palavras de Isaias: O Povo andava em trevas viu grande luz; os que moravam em terra de sombras da morte, a luz resplandeceu sobre eles. Porque um menino nos nasceu, nos foi dado um filho: traz o governo em seus ombros. Seu nome será Conselheiro, admirável, herói de Deus, Padre Eterno, Príncipe da Paz, nascido para restabelecê-la e afirmá-la através do direito e da justiça, desde agora e para sempre.⁷⁷

O termo “Messianismo” está carregado de conotação religiosa, mítica e ritualística, sendo considerado um fenômeno estruturado no indivíduo ou, como podemos denominá-lo, “o Messias”.

De acordo com o Dicionário Básico das Religiões, a palavra Messianismo está instituída de uma visão religiosa na qual está incutido o desejo de salvação por intermédio de um salvador, muito presente nas manifestações dos movimentos messiânicos que veremos a seguir, nos quais o “salvador” adquire uma forma libertadora.

Messianismo é um vocábulo de conotação religiosa, aponta para o desejo de salvação ou libertação coletiva por parte de um salvador forte e poderoso

⁷⁴ PEREIRA DE QUEIROZ, 1965, p. 5.

⁷⁵ PEREIRA DE QUEIROZ, 1965, p. 8-9.

⁷⁶ A BÍBLIA DE ESTUDO DE GENEBRA. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2. ed rev. e ampl. Sociedade Bíblica do Brasil; São Paulo: Cultura Cristã, 2009. p. 366.

⁷⁷ PEREIRA DE QUEIROZ, 1965, p. 25.

que liberte os homens dos males que os afligem. Aplica-se também ao sentido político e social. Nesse sentido, foram interpretados, como messias de sinal religioso, político e social, vários messias aparecidos em circunstâncias críticas da história.⁷⁸

Segundo Ferreira, o termo Messianismo advém:

Do Francês messianisme, na Bíblia, a expectativa do Messias; a esperança de um salvador ou redentor. Na Antropologia social, qualquer movimento político-religioso baseado na crença em um indivíduo divino (já presente ou ainda por vir) que anuncia e prepara a abolição das condições vigentes e, por fim, instaura ou reinstaura uma era de plena felicidade e justiça.⁷⁹

Ao tratarmos dos assuntos, messias e messianismos, não podemos nos abster de analisar a literatura bíblica, pois esses termos fazem parte do arcabouço teórico que nos conduz pelos caminhos da compreensão judaico-cristã do termo. Em I João 5: 1-5⁸⁰, observamos a seguinte passagem:

Todo aquele que crê que Jesus é o Cristo nascido de Deus; e todo aquele que ama ao que o gerou também ama ao que dele é nascido. Nisto conhecemos que amamos os filhos de Deus: quando amamos a Deus e praticamos os seus mandamentos. Porque este é o amor de Deus: que guardemos os seus mandamentos; ora, os seus mandamentos não são penosos, porque todo o que é nascido de Deus vence o mundo; e esta é a vitória que vence o mundo: a nossa fé. Quem é que vence o mundo, senão aquele que crê ser Jesus o Filho de Deus?

Portanto, pode-se observar, no texto acima, que o termo messias é um atributo de Cristo, como um ungido de Deus e, aos poucos, o adjetivo Cristo foi sendo incorporado ao seu nome, que passou de Jesus, o Cristo, para Jesus Cristo. Portanto, em um sentido mais restrito, podemos definir messianismo como a crença na vinda, ou no retorno, de um enviado divino libertador, um messias com poderes e atribuições, que aplicará ao cumprimento da causa de um povo ou um grupo oprimido.⁸¹

⁷⁸ SANTIDRIÁN, Pedro R. Dicionário Básico das Religiões. Aparecida: Santuário, 1996. p.337.

⁷⁹ FERREIRA, 1999, p. 1324.

⁸⁰ A BÍBLIA DE ESTUDO DE GENEBRA,, 2009, p. 1706.

⁸¹ GOMES, Antonio Maspoli de Araújo. O Messianismo Milenarista no Brasil e a Psicologia Social da Religião. Limites e Possibilidades. História Agora: A revista de História do Tempo Presente. 2011, p. 302.

Para Souza, o reino do messias não é o “aqui”, o “agora”, o “tempo presente”, mas sim um “tempo futuro”, o “amanhã”, um “tempo vindouro”, com conotações terrenas e celestiais.⁸²

Se o messias aparece como inaugurador de um reino, esse reino é naturalmente futuro, mas reflete o mundo presente no sentido de ser uma imagem do que seria o mundo perfeito, em que as imperfeições do estado atual seriam corrigidas. Portanto, o messianismo tem aspectos terrestres e celestes. No messianismo, o sobrenatural irrompe no mundo natural e o afeta. É por isso que as figuras messiânicas aparecem muitas vezes dotadas do poder de realizar milagres ou com um acesso especial à divindade.

Para Gomes, o termo messianismo ainda nos guarda um sentido mais amplo, às vezes utilizado de forma indevida, para caracterizar movimentos ou atitudes movidas por um sentimento de eleição ou vocação divina para o cumprimento de uma tarefa sagrada.⁸³

Para Desroche:

A etimologia dos termos messias e messianismo parecia mostrar que o Ocidente conheceu o personagem e a doutrina que eles designam sob a influência de Israel e do cristianismo. Entretanto, as ideias e os fatos cobertos por essas palavras ultrapassam amplamente a área judeu-cristã. A palavra “messianismo” designa, na realidade, dois conceitos distintos: um conceito teológico normativo, associado à proclamação da unicidade messiânica do fundador do cristianismo (todos os demais personagens messiânicos sendo classificados como pseudomessias, pré-messias ou falsos messias); um conceito sociológico comparativo, baseado numa massa de situações, assinaladas na história das religiões, em que um personagem fundador de um movimento histórico de libertação sócio-religiosa identifica ou é identificado com uma Potência suprema cujas “ondas” alcançam tanto a história das religiões quanto as sociedades.⁸⁴

Sousa completa o pensamento de Desroche e Gomes:

Outro importante fator é a orientação coletiva do messianismo que não diz respeito à salvação – independentemente de como esta seja compreendida – de indivíduos mas à instauração de uma nova realidade que afeta uma coletividade, um grupo social que se encontra reunido em torno do ideal messiânico comum.⁸⁵

⁸² SOUSA, Rodrigo Franklin de. O Messianismo enquanto movimento social. Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional Movimentos Sociais Participação e Democracia. 11 a 13 de agosto de 2010. Ufsc. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/mspd/a031.pdf>. Acesso em 22 de out. 2014. p. 500.

⁸³ GOMES: 2011, p. 312.

⁸⁴ DESROCHE, Henri. Dicionário de messianismos e milenarismos. São Bernardo do Campo: UMESP, 2000. p. 21.

⁸⁵ SOUSA: 2011, p. 500.

A espera messiânica pode ser definida, do ponto de vista sociológico, como o anseio pela chegada do enviado divino, ou seja, um enviado diretamente do ser divino, que irá reestabelecer a ordem terrena/local, uma vez que o sentido terreno é sempre caótico/caos, partindo do ponto de vista daqueles que nele creem, e será possuidor de poderes especiais, fazendo dele um messias para aqueles que o esperam.

No sentido histórico, o messias aponta para o advento do céu, na terra, uma felicidade perfeita na qual a estrutura está sempre alicerçada no indivíduo, num partido, num movimento, no sujeito, no messias que transcende ao povo a liderança transmitindo alienação, no sentido de uma fuga radical do mundo e encantamento, no sentido de transformação desse mundo num mundo encantado, de fantasia, alegórico e utópico.

No sentido teológico, o messias aponta sempre para o retorno, a volta, sempre no sentido de restaurar o que já fora o Paraíso divino, um local sem injustiça, sem violência, local este inocente, puro, perfeito, remontando sempre à origem, ao gêneses.

No sentido psicossocial, o messias é apontado como o indivíduo que traz consigo a convicção de que somente lhe cabe na vida cumprir seu papel de transformar a sociedade e de que sua missão é cumprir a ordem divina de ter vindo à Terra como um messias.

Já o termo “Movimentos Messiânicos” está elencado em meio a uma gama de características históricas e sociais que interagem com o coletivo, a sociedade, visando a ideais associados a um grupo numeroso e que representa, em suma, os desejos e anseios de uma maioria, não muito raro, excluída e reprimida. Segundo Negrão⁸⁶, os movimentos messiânicos referem-se à atuação coletiva (por parte de um povo em sua totalidade ou de um segmento de porte variável de uma sociedade qualquer), no sentido de concretizar a nova ordem ansiada, sob a condução de um líder de virtudes carismáticas.

Para Lísias Nogueira Negrão,

Constituem-se como movimentos messiânicos, milenaristas, ou messiânicos-milenaristas desde simples contestações pacíficas quanto a

⁸⁶ NEGRÃO, Lísias Nogueira. Revisitando o Messianismo no Brasil e profetizando seu futuro. Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS vol. 16, nº 46 junho 2001, p.119. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n46/a06v1646.pdf> . Acesso em 10 out. 2014.

aspectos selecionados da vida social, até rebeldias armadas, ambos os tipos informados pelo universo ideológico religioso, capazes de, ao mesmo tempo, diagnosticar as causas das atribuições e sofrimentos e indicar caminhos para sua superação, desde os mais racionais até os mais utópicos.⁸⁷

Podemos concluir que os movimentos messiânicos estão associados à escatologia⁸⁸, embora possamos verificar a ausência de elementos escatológicos em movimentos com características tipicamente messiânicas. Ou seja, o messianismo não pode ser caracterizado como um movimento exclusivo de tradição judaica, cristã ou islâmica. Assim, como vimos anteriormente, os movimentos milenaristas não necessitam ser constituídos, em sua estrutura, de elementos messiânicos, como por exemplo: a figura de um messias.

⁸⁷ NEGRÃO, 2001, p. 119.

⁸⁸ Escatologia estuda a respeito da doutrina das últimas coisas, do fim dos tempos, da volta de messias. Está associada diretamente às matrizes Judaica, Cristã e Islâmica. Contudo, faz-se relevante notar que o termo escatologia descrito no texto é semelhante ao descrito por MARRAMAIO, Giacomo. Céu e Terra, São Paulo, UNESP, 1994. p. 24. “A própria ideia de eschaton, ou seja, de um ponto terminal do curso-do-mundo que irrompe, desde fora do tempo, viria a ser absorvida por um conceito absoluto e processual da História. Portanto, uma nova ideia, em tudo e por tudo imanente, de tempo secular resolveria em si toda transcendência, e com esta todo e qualquer dualismo residual de mundano e espiritual, terreno e divino, profano e sacro”.

3 COTAXÉ: MOVIMENTO MESSIÂNICO NO ESPÍRITO SANTO

Conforme já dissemos, o Brasil foi e é um terreno fértil para o aparecimento e desenvolvimento de movimentos tipicamente messiânicos desde meados do século XIX até a atualidade. Os pesquisadores e especialistas da área não podem prever a frequência com que eles ocorrem e a quantidade dele. É bem provável que diversos movimentos messiânicos que ocorreram no Brasil desde os idos da colonização sequer foram registrados e, via de regra, foram rapidamente reprimidos.

O objetivo deste capítulo é apresentar o Movimento do Contestado Capixaba, também conhecido como Movimento de Cotaxé ou movimento Jeovense, como um movimento messiânico rústico que ocorreu no Estado do Espírito Santo na primeira metade do século XX, cujas ambições visavam à criação de mais um ente federativo – entre Minas Gerais e Espírito Santo – com características messiânicas. O novo Estado se chamaria União de Jeovah.

3.1 Fragmentos de Messianismo e Milenarismo no Contestado Capixaba

Como vimos no capítulo anterior, os termos Messias, Movimentos Messiânicos e Movimentos Milenaristas estão diretamente relacionados e associados, porém, podemos encontrá-los desagrupados, pois um não depende do outro para ocorrer. Com vistas nos conceitos e definições dos termos elencados, faremos, nos próximos parágrafos, um estudo acerca das principais características que fundamentam e estruturam os movimentos messiânicos, e de que forma elas estão presentes no movimento do contestado capixaba.

De acordo com Maria Isaura Pereira de Queiroz, a lenda messiânica pode formar-se a partir de dois caminhos. O primeiro ocorre através de um personagem imaginário, mítico e revestido do papel de salvador; e o segundo parte de um personagem histórico que marcou fortemente o povo e em torno do qual se desenvolveram lendas de milagres e de visões, sendo o mesmo transfigurado como tal.⁸⁹

Neste quesito, observamos que o discurso de Udelino Alves de Matos encontra-se em perfeita harmonia com a análise de Maria Isaura Pereira de Queiroz,

⁸⁹ PEREIRA DE QUEIROZ, 1965, p.6.

pois Udelino tornou-se um personagem histórico e emblemático na região contestada por Minas Gerais e Espírito Santo, principalmente após o seu desaparecimento, uma vez que seu discurso está carregado de aspectos políticos, sociais, religiosos e reacionários, transformando-o em um verdadeiro agente transformador da história.

Vejamos, abaixo, fragmentos do discurso de Udelino, realizado em Cotaxé, estado do Espírito Santo, onde encontramos cada um dos aspectos descritos acima.

Característica Política:

[...] Fincamos nossa esperança neste pedaço de chão. Disputam o mando desta amada terra, onde estamos construindo e semeando lavouras, os estados do Espírito Santo e das Minas Gerais. Suas políticas e suas autoridades só se ocupam desse conflito, e esquecem dos brasileiros deserdados. Quando uma autoridade separou um lote de terra para um pobre? Quando se preocupou com a fome, a doença ou mesmo com a construção de uma estrada aqui nestes confins? Quando foi que as polícias capixaba e mineira socorreram um posseiro da ameaça de ser desalojado de seu lote, da ameaça de ser assassinado? Ao contrário, a política maltrata o pobre, sobrevive da extorsão do parco bem produzido pelo lavrador. A polícia é como um gafanhoto de farda, que cai sobre a terra para dizimar a esperança, para destruir o trabalho do lavrador. Meus colegas lavradores! Precisamos nos organizar. Um grupo forte, com poder central, para enfrentar as autoridades e seu braço armado. Não reconhecemos mais tais autoridades, a elas não pagaremos impostos nem tributos de qualquer espécie. Não acreditamos em seus papéis, e sabemos que são vazias as promessas que fazem. É por isso que irei ao chefe da nação, ao presidente Getúlio Vargas, para relatar o abandono em que vivemos neste fim de mundo. Não irei ao chefe da nação, ao pai dos pobres, apenas para choramingar. Quero dizer ao nosso pai que aqui há um povo trabalhador, que aqui plantamos frutos, plantamos flores, e não somos donos de nada. É longa a jornada, mas direi ao presidente do nosso desejo de fazer, aos pés da Serra dos Aimorés, um novo estado. Reivindicarei ao chefe da nação que me nomeie delegado de terras, com poder acima do poder concedido aos agrimensores estaduais. [...]⁹⁰

Característica Social:

[...] Vamos continuar juntos, ombro a ombro, como estamos nesta praça. É necessário que todos assinem a petição que levarei ao presidente, é preciso que todos colaborem com algum pouco dinheiro, pois sei que aqui ninguém possui fortuna de dinheiro. [...] Começamos com uma casa de tábuas, enquanto outros têm palácios. Porque somos fracos, é preciso união, e que todos falem a mesma língua. Contudo, devemos nos prevenir contra os traidores. [...]⁹¹

Característica Religiosa:

⁹⁰ VILAÇA, 1997, p.63-64.

⁹¹ VILAÇA, 1997, p.64.

Meus colegas lavradores, amados filhos de Deus. O Bom Pai nos agraciou com a oferta do paraíso. [...] Meus colegas lavradores, o paraíso nos foi dado por Deus, é nosso dever preservá-lo. Falando a mesma língua, a linguagem da fraternidade, conseguiremos vencer todas as batalhas. [...] Nossa fortuna é nossa fé. E nossa fé nos dará coragem para emprestar o dízimo necessário à viagem ao Rio de Janeiro, necessário à manutenção de nossos serviços na Casa de Tábua, lá no nosso córrego Canela da Ema. Com a ajuda de todos, vamos fazer virar realidade o sonho do Estado de União de Jeovah. [...] Há sempre traidores, espíritos frouxos que conspiram para que, não Deus!, pois o Pai já puniu Adão e Eva, conspiram para que proprietários que exibem fraudulentos títulos de terra nos expulsem do paraíso. [...]⁹²

Característica Reacionária.

[...] Denunciem os traidores! Denunciem aqueles que não falam a nossa língua. Vamos arrancar suas línguas de víboras, e pregá-las nas portas de suas casas. Vamos cortar suas orelhas e salgá-las. Que suas orelhas sejam pregadas nos troncos que margeiam as picadas como faziam os índios pojichás, para que outros inimigos possam ouvir, através das orelhas expostas dos delatores, a força de nossa convicção! Com Deus e união, venceremos!⁹³

Diante dos fragmentos colhidos do discurso de Udelino em Cotaxé, podemos observar que ele foi um grande personagem histórico na região. Não apenas idealizador e líder do movimento do Contestado Capixaba, mas também, o sujeito que contraiu para si a responsabilidade de mudar o percurso histórico de toda aquela sorte de gente, que depositou, nele, não apenas escassos recursos financeiros, mas também a confiança de que o paraíso era ali, era aquela terra, e de que Deus estava com eles, necessitando, portanto, conquistá-la, vencendo o inimigo, representado ali pela ação conjunta dos grandes fazendeiros, do policiamento local, que cumpriam ordens dos latifundiários e dos dois Estados: Espírito Santo e Minas Gerais.

Ainda sob a ótica de Maria Isaura Pereira de Queiroz, a História do Messias segue, pois, sempre os mesmos passos:

- a) Eleição divina;
- b) Provação;
- c) Retiro;
- d) Volta gloriosa.⁹⁴

⁹² VILAÇA, 1997, p.64.

⁹³ VILAÇA, 1997, p.64-65.

⁹⁴ PEREIRA DE QUEIROZ, 1965, p. 8.

Diante dos quatro elementos citados, verificamos que eles estão presentes direta ou indiretamente no discurso de Udelino em Cotaxé. Iniciamos nossa análise pela própria personalidade de Udelino, como um líder nato, um grande conhecedor da oratória. Isso predispõe que ele seja um eleito por Deus, um emissário do Senhor aqui na terra. Há ainda de considerar-se que aquela região era vista por Udelino e seus seguidores como o paraíso terreno, o Edem perdido, onde Adão e Eva viveram, pecaram e foram expulsos. Na passagem bíblica, o inimigo que induz o homem a pecar é representado pela serpente. No contestado, Udelino faz a mesma analogia, comparando o inimigo presente na narrativa Bíblica como sendo os fazendeiros, latifundiários, os grandes coronéis da região que querem expulsar os agricultores e camponeses da região, ou seja, quem os expulsaria do paraíso.

A metáfora utilizada por Udelino para referir-se à Zona Litigiosa como sendo um Paraíso na Terra ou o Edem Perdido pode ser comparada a um Reino Messiânico, que estará pronto de ser habitado num futuro próximo, assim que o povo de Deus vencer seus inimigos e suas tentações, conforme Maria Isaura Pereira de Queiroz afirma:

O Reino Messiânico é em geral um reino futuro, espera-se por ele. Tanto poderá ser algo de inteiramente novo, como poderá reproduzir uma Idade de Ouro que já tenha existido no passado, mas, em ambos os casos os mesmos caracteres de santidade e perfeição. A configuração sob a qual é concebido varia de grupo para grupo: sua natureza pode ser material ou espiritual, sua organização pode ser igualitária ou não. A vinda é apressada pela atividade dos adeptos, isto é, um movimento sócio-religioso de que o messias é o personagem central.⁹⁵

Mais adiante, veremos que esse Paraíso Terreno descrito e vislumbrado por Udelino se tornará um indício de que o movimento do contestado capixaba também foi um movimento milenarista. Porém, segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz:

Outra característica fundamental das promessas messiânicas é que não destinam salvação e paraíso a indivíduos, e sim a coletividades. O nome de Reino Celeste na terra, por si só o indica – a terra se transforma não para um homem só, mas para a humanidade – é um Reino.⁹⁶

Udelino é constantemente provado, e a sua provação é representada em seu discurso pelo termo “traidores”. Os traidores, para Udelino, são aqueles que

⁹⁵ PEREIRA DE QUEIROZ, 1965, p. 8-9.

⁹⁶ PEREIRA DE QUEIROZ, 1965, p. 9.

estão intimamente associados à polícia que cumpre ordens dos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais e, não muito raro, realizam as vontades políticas dos fazendeiros, tornando-se coniventes com as ações dos coronéis, reprimindo todos os revoltosos.

Ao angariar recursos financeiros com o objetivo de buscar ajuda junto ao Governo Federal, na época o Distrito Federal era a Cidade do Rio de Janeiro, e o presidente da República era nada mais, nada menos, que Getúlio Dornelles Vargas⁹⁷, Udelino inaugura, ali, uma fase de retiro, onde ele procura seu inspirador, para que ele pudesse retornar em triunfo, combatendo e vencendo as forças do mal, do inimigo, metaforicamente representadas pelos latifundiários, pela polícia e pela ação repressora dos estados que estavam em litígio.

Devemos levar em consideração que Getúlio Vargas era uma figura quase que divinizada por grande parcela da população, principalmente os mais pobres, que o vislumbravam como um herói, e, principalmente depois de sua morte, como um verdadeiro mártir, que morreu em prol da população pobre, carente e massacrada pela opressão dos bem abastados.

Sendo assim, pode-se caracterizar que, ao retirar-se para o Rio de Janeiro e ter com Getúlio Vargas uma audiência sobre a questão lindeira e seus desdobramentos sociais, personifica-se ainda mais a imagem de Udelino a um Messias, que se retirou para junto do “Pai” e retornou com uma tarefa, dar fim ao conflito, organizar e preparar toda a população para entrar no paraíso, que, na visão de Udelino, era o Contestado.

Udelino foi ao Rio de Janeiro e procurou Getúlio Vargas no Palácio do Catete⁹⁸, porém foi informado de que Vargas estava em Viagem à Bahia. Em seu regresso para o Contestado, Udelino se autointitula delegado de terras. Nas palavras de Udelino, esse título teria sido dado pelo próprio Getúlio Vargas. Porém, é sabido por todos que Udelino não esteve com Getúlio Vargas e muito provavelmente sequer adentrou o Palácio do Catete.

⁹⁷ Getúlio Dornelles Vargas, natural do Rio Grande do Sul, foi Presidente do Brasil em dois períodos distintos. O primeiro período conhecido como “Estado Novo”, durou 15 anos consecutivos, e foi dividido em três fases: Governo Provisório, Governo Constitucional e Ditadura. O Segundo mandato de Getúlio Vargas foi marcado por diversas denúncias de violência e corrupção, sendo que Getúlio Vargas não concluiu seu mandato, pois cometeu suicídio. Getúlio Vargas ficou conhecido como o “Pai dos Pobres”, pois desenvolveu em seu Governo uma política voltada para a população trabalhadora urbana. Há de se considerar que durante o Estado Novo, mais de dois terços da população brasileira vivia no meio rural.

⁹⁸ O Palácio do Catete, naquele período era a sede da República Brasileira.

Udelino não teve uma volta gloriosa, digna de um messias, porém, devido às proporções revolucionárias e bélicas que o movimento do contestado capixaba ganhou, tornou-se um mártir em pouco tempo de conflito armado, graças à forte ação repressora dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Udelino e os demais líderes do movimento são obrigados a fugir da região Contestada, e, como seu paradeiro até o presente momento, não foi descoberto, isso se torna um campo fértil para especulações e ideias míticas de que um dia ele retornará e de que ele ainda está vivo, maquinando ideias revolucionárias, rememorando no imaginário popular a metáfora da volta gloriosa.

Para Maria Isaura Pereira de Queiroz:

Distinguimos messianismo de milenarismo, em lugar de empregá-los praticamente como sinônimos, como vemos fazer os franceses e ingleses, preferindo hoje o segundo termo ao primeiro. O problema do milênio é mais vasto do que o problema do messianismo. Não é apenas por meio de um enviado divino que se pode inaugurar no mundo o paraíso terrestre; este pode resultar da formação de seitas sem chefes, ou mesmo de práticas mágicas adequadas.⁹⁹

Sendo assim, devemos destacar, também, a representação feita por Udelino na qual ele relata que o paraíso, o Edem perdido, é a região contestada da Serra dos Aimorés, o que nos leva a concluir que o movimento do contestado é um movimento milenarista, haja vista que o movimento possui características que o possam assim definir, como, por exemplo: em primeiro lugar, acreditar que a Zona Litigiosa seja o paraíso terreno, e não em outro mundo; em segundo, acreditam que todo o grupo de camponeses, posseiros, agricultores e fazendeiros amigos estarão presentes no paraíso terreno e desfrutarão de suas bênçãos; em terceiro, ele está próximo, basta vencer o inimigo, o mal, personificado na figura dos latifundiários e do Estado; em quarto lugar, a região será totalmente transformada, e, em quinto lugar, ele só será alcançado com a intervenção divina no apoio aos camponeses revoltosos.

Vale ressaltar que, na visão de Udelino, o paraíso tem nome e se chama Estado de União de Jeovah, como verificaremos mais adiante neste trabalho.

Podemos concluir que o messianismo e suas crenças constituem um movimento cujo plano de salvação é terreno, é organizado e definido de maneira a ter respostas a todas as situações aparentes. Porém, podem permanecer por anos

⁹⁹ PEREIRA DE QUEIROZ, 1965, p. 9.

em um estágio de inércia, como um “stand by” aparente, e, de repente, renascem na tentativa de instaurar o milênio no mundo. O messias só recebe essa denominação, ou esse título, após o reconhecimento da coletividade como um líder. Sendo assim, Udelino Alves de Matos conseguiu, mesmo sendo um semianalfabeto, o reconhecimento e a legitimação da sociedade local do contestado capixaba.

3.2 O Estado União de Jeovah e o Messianismo

O movimento do Contestado Capixaba se assemelha aos demais movimentos caracterizados como messiânicos milenaristas ocorridos no território brasileiro, que eclodiram desde o período colonial até meados do século XX, principalmente por tratar-se de um movimento regionalizado, local, formado pelas classes sociais mais oprimidas e reprimidas: agricultores sem terra, camponeses, grileiros, e toda sorte de forasteiros que se adentravam na região em busca de melhores condições de vida. Esses movimentos se agregavam em grande contingente de pessoas, tomando para si questionamentos e indagações sobre a organização social, política e econômica na qual estavam inseridos.

Sendo assim, esses movimentos messiânicos milenaristas nos levam a comprovar que a sociedade brasileira está e estava em constante transformação. Portanto, podemos filtrar que esses movimentos tornaram-se, ao longo da história, agentes inovadores, revolucionários e catalisadores de ações que modificaram certa ordem natural que regia política, economia, religião e sociedade, instaurando assim um novo paradigma sócio-econômico-cultural.

Para Maria Isaura Pereira de Queiroz:

A existência de movimentos que inauguram novos padrões poderia sugerir que alguns deles seriam antes revolucionários, isto é, procurariam anular a estrutura e organização vigentes para reformulá-las de maneira diferente. [...] os movimentos também são inovadores, mas se voltam especialmente contra a hierarquia social e eclesiástica, no afã de transformá-la. E a camada dominante se torna uma espécie de bode expiatório: é a grande culpada de tudo quanto existe de errado.¹⁰⁰

Os movimentos messiânicos milenaristas que assolaram o Brasil durante boa parte de sua história não instigaram a sociedade local apenas contra os grupos dominantes. Eles questionaram a própria estrutura clerical da Igreja, seja ela

¹⁰⁰ PEREIRA DE QUEIROZ, 1965, p. 302.

Católica Apostólica Romana ou Protestante, conforme confirma Maria Isaura Pereira de Queiroz:

Nenhum dos messias sertanejos, porém, pregou somente contra a camada abastada e superior, contra os grandes proprietários de terras, num sentido classista; não atacaram a hierarquia eclesiástica em si mesma, mas sim os padres que ocupavam as diferentes posições religiosas; as queixas dos adeptos também não revelavam amargor contra os ricos, e sim o sentimento de que a solidariedade coletiva se desfazia.¹⁰¹

A sociedade do contestado capixaba não era uma sociedade atípica e alheia aos mandos e desmandos das autoridades políticas, militares e econômicas. Era uma sociedade em constante agitação política e econômica, influenciada por fatores internos, como, por exemplo, a grilagem de terras; e por fatores externos, como a carência econômica, política e social dos sertões baiano e mineiro, que propiciaram o afloramento das migrações de retirantes para a região contestada. De acordo com Lísias Nogueira Negrão:

[...] a ocorrência desses movimentos demonstra que as sociedades de base patrimonialista não são estagnadas, mas, ao contrário, dotadas de uma dinâmica interna própria, capazes de reação contra fatores exógenos ou endógenos que comprometam sua existência tradicional.¹⁰²

A agitação social intensa presente nos movimentos messiânicos brasileiros é causada, em suma, por fatores internos que são determinantes para trilhar os caminhos a serem abordados pelo movimento, como veremos abaixo, na citação de Maria Isaura Pereira de Queiroz:

[...] A novidade, porém, nasce e emana da própria sociedade rústica, demonstrando seu dinamismo; ela pode por si mesma dar lugar a outras relações sociais utilizando suas próprias forças internas. Não é só pelo contato com outro tipo de sociedade, que nova estrutura e organização sociais se originam: também derivam espontaneamente do funcionamento da sociedade.¹⁰³

Observamos perfeitamente essa análise, quando verificamos os motivos desencadeadores do contestado capixaba: colonização tardia do noroeste capixaba, grilagem e má-distribuição de terras, ausência completa do aparato estatal, tanto do

¹⁰¹ PEREIRA DE QUEIROZ, 1965, p. 302.

¹⁰² NEGRÃO, Lísias Nogueira. Sobre os messianismos e milenarismos brasileiros. Revista USP jun./jul./ago. 2009.p.37.

¹⁰³ PEREIRA DE QUEIROZ, 1965, p. 301-302.

estado de Minas Gerais quanto do estado Espírito Santo, polícia e política atuando em harmonia com os desejos e anseios dos coronéis e as questões de limites e divisas que não estavam bem resolvidas. Todas essas situações elencadas configuram-se como fatores endógenos, fomentadores do movimento jeovense,

Como estamos tratando de sociedade, deve-se levar em consideração que a sociedade brasileira passou por uma grande transformação a partir da segunda metade do século XX, em função da urbanização do país, consequência da sociedade industrial urbana. Desde o período colonial até a primeira metade do século XX, o Brasil era um país tipicamente rural, ou seja, a sociedade brasileira era estritamente agrária e estratificada, com enorme sectarismo. Esse foi um dos fatos desencadeadores dos movimentos messiânicos milenaristas em diversas regiões brasileiras, principalmente no sertão nordestino, onde encontrávamos uma sociedade bastante segmentada e profundamente desigual.

O movimento de Cotaxé ocorre em uma região em franco desbravamento, cuja economia gira em torno da agricultura e do trabalho campesino, onde a grande indústria da região é a madeireira, ou seja, uma indústria sazonal. Portanto, o movimento do constado capixaba é um movimento do campesinato, mesmo estando em um contexto histórico de urbanização e esvaziamento populacional do meio rural. Encontramos no contestado capixaba, elementos significativos que aferem autenticidade a ele, e o inserem nitidamente na categoria de movimentos messiânicos milenaristas rústicos, como podemos observar no texto de Maria Isaura Pereira de Queiroz:

Concebido como combate à anomia, compreende-se porque o messianismo rústico se concentra, no Brasil, em duas áreas bem delimitadas e com os mesmos característicos. [...] Tem lugar em zona de criação e agricultura de subsistência, internamente homogêneas quanto ao estilo de vida, pois, como vimos, fazendeiros criadores e sitiantes levavam a mesma existência rude. Não encontramos movimentos nas áreas das grandes plantações de cana-de-açúcar e de algodão, e nem mesmo mais tarde nas fazendas de café.¹⁰⁴

Podemos verificar, também, que um movimento messiânico milenarista não se caracteriza apenas por ocorrer em meio rural pois a sociedade, em tempos de profundas crises, ou em face de grandes problemas sociais e institucionais, tende a repercutir de forma revoltosa.

¹⁰⁴ PEREIRA DE QUEIROZ, 1965, p.299.

[...] tais movimentos não são aberrantes, nem integram um capítulo da patologia social, como até então se supunha. Ao contrário, seriam reações normais de sociedades tradicionais em movimentos de crise, de anomia [...] ou de mudança de sua estrutura interna. O apelo a valores religiosos não seria uma atitude alienada, mas a expressão da revolta por meio do único canal possível no contexto tradicional.¹⁰⁵

O movimento do Contestado Capixaba enquadra-se perfeitamente nas concepções descritas por Maria Isaura Pereira de Queiroz e Lísias Nogueira Negrão. Podemos observar que o movimento jeovense ocorreu em meio a uma sociedade em constante transformação, com a chegada de cada vez mais pessoas à região, intensa agitação política, social e econômica. A opressão, seja por parte dos grandes latifundiários, grileiros ou de políticos locais, contribuía significativamente para acirrar a explosão do movimento.

O movimento do Contestado Capixaba assim como os demais movimentos messiânicos milenaristas que eclodiram em território brasileiro desde o período colonial até a segunda metade do século XX são movimentos que se assemelham por estarem constituídos da figura de uma liderança que é simultaneamente um líder, um verdadeiro mártir e, em algumas situações, uma figura mítica. Paralelamente, encontramos no líder uma figura reacionária e revolucionária, capaz de alimentar toda uma massa populacional em razão de sua ideologia política, social e religiosa.

Lísias Nogueira Negrão vai além ao afirmar que os movimentos messiânicos milenaristas no Brasil eram vistos como movimentos retrógrados e antiprogressistas. Porém, ele mesmo analisou o papel salutar que tais movimentos representaram, no sentido de formular uma imagem mais positiva dos movimentos.¹⁰⁶

Cabe, neste momento, abriremos um parêntese e ressaltar que é comum, no Brasil, desassociarmos palavras que, de alguma forma, nos dão a ideia de progresso, desenvolvimento, crescimento, liberalismo, vanguarda, entre outras, com palavras cujas ideias indiquem governos monárquicos. Ou seja, palavras como: monarquia e progresso não combinam. É interessante, pois o lema do Brasil, estampado na bandeira nacional, é “Ordem e Progresso”. A palavra progresso não está em nossa bandeira por simples inocência. O significado real dessa palavra em

¹⁰⁵ NEGRÃO, 2009, p. 37.

¹⁰⁶ NEGRÃO, 2009, p. 37.

nossa bandeira encarna a filosofia positivista¹⁰⁷, de criação de um verdadeiro “marketing”, (mesmo que essa expressão não existisse naquela época com o significado atual) ou uma propaganda, de introdução do regime republicano.

Se compararmos o discurso político de Udelino e o discurso político de Conselheiro, veremos que há grandes diferenças devido ao contexto histórico no qual eles viviam e, no que se refere a sistemas de governo, ambos divergem. Enquanto Udelino Alves de Matos via em Getúlio Vargas a figura de um grande “Pai”, um grande líder, um grande herói nacional, pois, em alguns discursos, podemos verificar certa “deificação” pelo presidente brasileiro representante da República, apesar de ter governado por 15 anos como um verdadeiro ditador. Por outro lado, encontramos, no discurso de Antônio Conselheiro, fragmentos de uma política inadequada, velha, ultrapassada até mesmo para os padrões da sociedade daquela época. Para Conselheiro, a república era como uma abominação, um pecado total. Ressalvamos que, muito provavelmente, essas diferenças, notadas no discurso de Antônio Conselheiro e Udelino Alves de Matos, ocorreram devido à distância temporal entre os dois movimentos, aproximadamente meio século.

Segundo Lísias Nogueira Negrão:

[...] o conflito eventualmente deflagrado entre os movimentos e a sociedade global não se deveu à ignorância ou ao caráter retrógrado das massas ou de seus líderes, mas a interesses políticos e econômicos locais e regionais e à intolerância das autoridades civis e religiosas.¹⁰⁸

Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz:

Não eram, pois, os messias líderes que se erguiam contra os coronéis, num sentido de luta de classes; quando muito se podia dizer que se manifestavam contrários a determinados coronéis porque eram partidários de seus opositores; isto é, esposavam as lutas e as divisões políticas que já existiam na região, ao fundarem sua comunidade. Esta particularidade foi evidente em todos os movimentos sertanejos, e por isso todos puderam ser acusados, com maior ou menor razão, de quererem derrubar o governo.¹⁰⁹

¹⁰⁷ Filosofia francesa do século XIX que tinha como objetivo propagar a ciência como única forma de conhecimento verdadeiro. Esta filosofia atuava em todas as áreas do conhecimento, na política foi uma das responsáveis por disseminar no mundo ideias do sistema republicano. Seu lema era: "Amor como princípio e ordem como base; o progresso como meta"

¹⁰⁸ NEGRÃO, 2009, p. 37.

¹⁰⁹ PEREIRA DE QUEIROZ, 1965, p. 302-303.

Ainda de acordo com Lísias Nogueira Negrão:

Os messias sertanejos brasileiros teriam sido todos líderes reformistas, sem qualquer veleidade de derrubada da ordem vigente. Envolveram-se em lutas políticas sim, mas sempre como aliados de mandatários regionais ou locais, em suas disputas contra outros “mandões”.¹¹⁰

Retornando nossa linha de raciocínio, observa-se que Udelino Alves de Matos pregava a instalação de um novo ente federativo no coração da região contestada, encravado entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais. Udelino, jamais pregou contra o progresso ou contra o avanço da sociedade, pelo contrário, em seus discursos, nota-se a vontade de promover naquela região, na visão de Udelino e de seus seguidores, um desenvolvimento que atingisse a todos os habitantes, desde os grupos sociais mais abastados até os menos favorecidos. Como podemos comprovar abaixo, no discurso de Udelino Alves de Matos:

A terra é de Deus, não é para ninguém arrogar-se dono dela como uma simples folha de papel. Quem tem essas folhas, esses títulos, não tem o poder de segurar e sacudir nas mãos a terra que as folhas, os títulos dizem ser deles. Só conseguem segurar e sacudir o papel. Então são donos tão somente de folhas de papel. É justo que alguém apareça em nossas casas, com tais direitos que o papel reconhece, e queira nos convencer de que é o dono dos bichos, das plantas, dos córregos, dos peixes, do ar, e até dos insetos que trilam nos hectares de papel? Não é justo. E Deus só reconhece o que é justo. Não acreditem na falsa legalidade dos papéis! Só pode ser legal, o que é justo. Não pode haver legalidade na injustiça!¹¹¹

Citando Lísias Nogueira Negrão:

[...] os líderes messiânicos não seriam psicopatas megalômanos, mas místicos ou ascetas frequentes na tradição judaico-cristã, dotados de qualificações intelectuais acima da média de seus liderados; no mínimo, homens informados, com vivência em ambientes sociais diversificados e profundos conhecedores da cultura religiosa tradicional.¹¹²

Porém, Adilson Vilaça lança um questionamento muito importante para continuarmos a refletir sobre a questão. Se compararmos o movimento do Contestado Capixaba e o Movimento de Canudos, nota-se que os dois movimentos perdiam suas figurativas finalidades políticas quando confrontados com os discursos

¹¹⁰ NEGRÃO, 2009, p. 36.

¹¹¹ VILAÇA, 1997, p. 39.

¹¹² NEGRÃO, 2009, p. 37.

de seus líderes – ambos se detinham na missão carismática de mover seguidores para a construção do paraíso terreal.¹¹³

A afirmação de Vilaça pode ser confirmada no comentário de Euclides da Cunha, sobre o discurso de Antônio Conselheiro:

Pregava contra a República; é certo.
O antagonismo era inevitável. Era um derivativo à exacerbação mítica; uma variante forçada ao delírio religioso.
Mas não traduzia o mais pálido intuito político: o jagunço é tão inapto para apreender a força republicana como a monárquico-constitucional.
Armas lhe são abstrações inacessíveis. É espontaneamente adversário de ambas. Está na fase evolutiva em que só é conceptível o império de um chefe sacerdotal ou guerreiro.¹¹⁴

Tanto o Contestado Capixaba quanto Canudos possuíam, em sua estrutura social e religiosa, características dos movimentos milenaristas que os aproximavam. Era uma linguagem que todos os seus seguidores compreendiam, como afirmou Vilaça:

[...] tanto a conselheiristas como a jeovenses – o macro era a Terra Grande, para conselheiristas; o macro era a Nação, que pertencia a Getúlio Vargas, e o Mundo, que era de Deus, para jeovenses. Porque, enfim, todo o cosmos se confinava, respectivamente, em Canudos; em Cotaxé.¹¹⁵

Essa característica também pode ser encontrada na organização político administrativa dos dois movimentos. Em Canudos encontrava-se José Venâncio, Pajeú, Lalau, os irmãos Chiquinho e João da Mota, Pedrão, Estavão, Joaquim Tranca-Pés, Major Sariema, Raimundo Boca-Torta, Chico Ema, Norberto Quinquim de Coiqui, Antônio Fogueteiro, José Gam e Fabricio de Cocobocó. Em Cotaxé, encontramos Jorge Come-Cru, João Piedade, Sebastião Raimundo, os irmãos Silvino e Aristides de Tal, Oswaldo Izidoro, Mário Bernardo, José Alves de Oliveira, os irmãos Furtado, Domingos Antônio Gonçalves, Edmundo Sabatino, Pedro Nobélio da Cunha e Ortêmio Alvarenga. Todas essas pessoas se agrupavam ao redor de seus líderes, respectivamente Antônio Conselheiro e Udelino Alves de Matos, com o objetivo de organizar a sociedade na qual eles estavam inseridos, mas também era uma forma de manterem-se fechados, quase que isolados do mundo, a fim de evitar o contato com a sociedade corrompida e desestruturada que o mundo lhes

¹¹³ VILAÇA, 2007, p. 113.

¹¹⁴ VILAÇA, 2007, p. 113.

¹¹⁵ VILAÇA, 2007, p. 115.

propiciava. Ao mesmo tempo, seu isolamento contribuía com a formação de um pensamento edênico que todos aspiravam conhecer e viver.

Segundo Vilaça:

[...] as irrupções que os camponeses protagonizaram, no acúmulo de séculos, na tentativa de garantir acesso estável à terra, para nela morar e dela sustentar-se; tal movimento é longo, ininterrupto, metaforicamente lembrando a insistência das ondas que se batem contra a costa rochosa, numa continuidade que não se conforma com o registro cartorial da propriedade rural brasileira [...]¹¹⁶

Sinteticamente, Maria Isaura Pereira de Queiroz, afirma:

[...] Há, sempre, a constatação de que os comportamentos tradicionais não são mais seguidos, a ruindade dos homens (e não a ruindade de uma camada social superior) desviou-nos da senda segura divinamente estabelecida. Por isso o messias foi enviado: para fazer com que os homens retomassem os bons costumes, e não para que mudassem os pobres de posição social.¹¹⁷

Podemos encerrar afirmando que, em todos os movimentos messiânicos milenaristas, havia uma promessa de crescimento financeiro e estabilidade social, para todas as pessoas que dele participassem, sejam pobres ou ricos. Quando o reino messiânico fosse totalmente estabelecido e concretizado, todos compartilhariam igualmente as bênçãos e riquezas advindas desse novo cenário. Diante dessa proposta de vitória certa, absoluta, contundente e real, para todos aqueles que acreditavam nas promessas dos messias, os seguidores desses movimentos se ajuntavam em torno de seus líderes por diversos motivos: uns por realmente acreditar nos poderes místicos, sobrenaturais e divinos de seus messias; outros simplesmente por interesse de enriquecer de forma rápida e fácil. Muitas vezes, o primeiro a enriquecer era o próprio messias.

3.3 Cotaxé: Movimento Messiânico no Estado do Espírito Santo

O movimento do contestado capixaba é compreendido por alguns pesquisadores como um movimento social e político que foi facilmente esfacelado

¹¹⁶ VILAÇA, 2007, p. 80.

¹¹⁷ PEREIRA DE QUEIROZ, 1965, p. 305.

pela ação repressora dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Porém, uma pesquisa bem mais aprofundada sobre o movimento, principalmente com enfoque social e religioso, nos revela características e estruturas de um movimento messiânico milenarista rústico autêntico.

Para definirmos o movimento do contestado capixaba como movimento genuinamente messiânico rústico, faremos, a partir de agora, uma pesquisa referenciada na obra de Henri Desroche, muito possivelmente uma das maiores autoridades mundiais na definição dos conceitos e características dos movimentos messiânicos e milenaristas. Para tal, iniciamos nossa pesquisa desconstruindo alguns conceitos metodológicos que invariavelmente norteiam boa parte das pesquisas acadêmicas.

É comum, ao observar, estudar e pesquisar os movimentos messiânicos, verificarmos sua trajetória e seu sucesso descritos pela historiografia e manifestados no meio acadêmico. Porém, encontramos tanto movimentos messiânicos de bastante sucesso e representatividade na história social, quanto movimentos messiânicos que foram fadados à repressão de um grupo dominante, levando o movimento a minguar-se e, em alguns casos, à extinção completa. De praxis classificamos, erroneamente, que os movimentos messiânicos expostos à repressão total e absoluta tendo sucumbido, tornam-se movimentos fracassados. A ciência, a historiografia e os próprios pesquisadores, muitas vezes, sequer analisam e estudam tais movimentos.

Todavia, movimentos de sucesso são aqueles que se mantiveram firmes, poderosos e foram capazes de suportar forte pressão por parte dos agentes repressores, sucumbindo apenas após a morte de seu líder, ou messias, como foi o caso de Canudos.

Outro caso de sucesso, muito estudado, é o movimento de Juazeiro, no Ceará, onde não houve repressão por parte do grupo dominante, mas a transformação política, social e econômica promovida pelo movimento, idealizado por Padre Cícero, que levou, em parte, o grupo dominante a agrupar-se com os dominados.

Como define Henri Desroche, o messianismo baseia-se num humanismo integral, algo como “a totalidade da religião na totalidade da vida”.¹¹⁸

¹¹⁸ DESROCHE, 2000, p. 52.

Sendo assim, verificamos que não há movimentos messiânicos fracassados e movimentos de sucesso, pois, segundo Desroche, o messianismo representaria, em última análise, um humanismo *triumfalista*. E seu próprio sucesso, por isso mesmo, seria seu fracasso. Ele não seria viável.¹¹⁹

Portanto, o movimento do contestado capixaba, apesar de seu aparente fracasso, é um movimento que possui singular característica messiânica, constituído de três representações básicas que o definem como movimento messiânico milenarista rústico. As representações são: o personagem, a sociedade e o reino. Veremos nos próximos parágrafos os conceitos e definições de cada uma dessas representações.

No que se refere ao personagem, de acordo com Desroche¹²⁰, podemos classificá-lo em três grupos, sendo o primeiro: o personagem historicamente presente; o segundo: o personagem historicamente ausente; e o terceiro: os vigários do personagem.

O personagem historicamente presente pode ser definido a partir de duas subdivisões: o pretendente e o pretendido. Segundo Desroche, o pretendente reivindica a messianidade e o pretendido não reivindica o título de messias. O título de messias lhe é atribuído na posteridade por seus discípulos ou pelo próprio círculo social na qual estava inserido.¹²¹

Ainda no pensamento de Desroche, no caso do messias pretendente, o processo vai ocorrendo gradualmente até ser totalmente reconhecido e aceito pelo indivíduo. Já no caso do messias pretendido, o título é imposto pelos discípulos, ou na posteridade, por meio da historiografia.¹²²

O personagem historicamente ausente é concebido quando o messias não se faz presente em meio a sociedade. Geralmente é a historiografia e a exaltação em torno da figura do pseudomessias que o legitima. Segundo Desroche¹²³, existem seis possibilidades de messias ausente:

- 1) O personagem veio, mas ninguém o conhece. Pode ser que ele mesmo não se conheça;
- 2) Ele veio, mas continua escondido. Só alguns o conhecem;

¹¹⁹ DESROCHE, 2000, p. 53.

¹²⁰ DESROCHE, 2000, p. 32.

¹²¹ DESROCHE, 2000, p. 32.

¹²² DESROCHE, 2000, p. 32.

¹²³ DESROCHE, 2000, p. 33.

- 3) Ele ainda não veio, mas sua vinda é iminente (espera a suputações relativas à mãe);
- 4) Ele veio, partiu e aguarda o momento de reaparecer;
- 5) Ele está aí e aguarda, mas os destinatários de sua vinda não querem reconhecê-lo.
- 6) Ele está, definitivamente, em outra parte, mas seu lugar deve permanecer livre, ninguém poderá ocupá-lo [...]

Por fim, encontramos os vigários do personagem, que se apresentam em período histórico entre a presença e a ausência do messias, preparando seu caminho em meio à sociedade. Os vigários do personagem são divididos em três grupos: o primeiro é o pregador asceta, geralmente é o próprio personagem; o segundo, denominamos de o profeta¹²⁴, é o precursor; e o terceiro é o aliado consentido, constantemente é caracterizado como o aliado secular do plano messiânico.¹²⁵

No contestado capixaba, encontramos a figura do personagem, cujo nome é Udelino Alves de Matos. Ele é um personagem historicamente presente, sendo considerado um messias pretendido, pois ele jamais se classificou como messias, mas conclamava o povo camponês da região para a lutar em prol do paraíso terreno e do novo estado de União de Jeovah, que seria a instalação de um reino celeste aqui na terra.

Uma das definições do termo messias por parte de Henri Desroche sintetiza e se enquadra perfeitamente na figura de Udelino Alves de Matos:

“Messias” é um homem tomado pelo deus como uma epiderme saturada pelo óleo que a massagem de uma mão paciente e inexorável confunde com ela. E esse deus que é a um só tempo óleo e mão é igualmente o *sagrado em estado selvagem*. Mas, diferentemente dos cultos de possessão, que se saciam no instantâneo de um transe individual ou

¹²⁴ A definição de Profeta é a seguinte: ele é o vigia que fica de sentinela nas portas da cidade para advertir o povo das desgraças que o ameaçam e, se possível, exorcizá-las. O profeta fala, age, ameaça, promete, compromete-se diante de um auditório. Em certo sentido, ele é um homem político, mas que nada tem a ver com o que hoje entendemos por esse termo: seu partido é Deus, e a única coisa por que ele luta para conseguir é justiça e a paz que instaurarão o reino de Deus e sua nova ordem na terra. O profeta é um inspirado, e seus contemporâneos com frequência veem nele um psicopata. Ele não se preocupa nem com a decência, nem com favores, nem com a lógica, nem com o respeito humano. Ele é possuído por uma presença que o seduz, que o habita e lhe dita o comportamento, seus gestos, suas palavras. Ele é objeto de uma visitação, e a força formidável que ele encarna é de uma determinação absoluta, provocada por uma iluminação. Ele mesmo é nada, seu espírito pessoal só tem realidade pela graça de Deus, que lhe revela seus segredos na objetividade de um diálogo. O profeta é o homem do diálogo com o Criador do céu e da terra, com o senhor da história, que conduz seu povo à morte ou à salvação, que dispersa ou o reúne, abate-o ou salva-o, conforme sua vontade. É impossível compreender ou conceber a existência dos profetas fora do contexto histórico em que agem. No entanto, uma vez conhecido, este não suprime nem o paradoxo, nem o mistério da prédica profética. CHOURAQUI, 1990, p. 215-216.

¹²⁵ DESROCHE, 2000, p. 33-34.

coletivo, o fenômeno messiânico *dura no tempo*. Ele dura com o tempo. Ele conta com o tempo. O tempo estira-se entre a espera e seu atendimento. O próprio atendimento leva tempo. Pois se ele é obra de uma humanidade que espera, o messianismo é, também, completamente, obra de uma humanidade esperada, e, num e noutro casos, essa humanidade é a humanidade de um homem montado pelo deus.¹²⁶

Verificamos que os movimentos messiânicos são constituídos de um personagem. Veremos, abaixo, como são definidos e classificados os reinados ou reinos messiânicos criados a partir da ótica de seus personagens.

- i) Religioso ou eclesiológico: projeto de reforma religiosa ou cultural geralmente marcado pela oposição ao estado predominante de coisas;
- ii) Político: ligado à implantação de dinastias, novos regimes de governo ou à eclosão de novas nacionalidades, que suscitam clamores messiânicos ou paramessiânicos, como o que se viu na história de vários países europeus, como a França, Alemanha e Itália.
- iii) Econômico-social: revoluções sociais calcadas em fábulas messiânicas.
- iv) Sexual e familiar: projeta-se uma nova sociedade na qual não haverá mais a ênfase da distinção sexual e a conseqüente sexualidade, estabelecendo práticas que vão de um extremo a outro, da endogamia e da poligamia ao ascetismo abastinente.
- v) Naturista: a perspectiva da nova sociedade pode incluir delimitações dietárias, de vestimentas e de reprodução.
- vi) Cósmico: o reino pretendido pode abarcar o mundo inteiro, incluindo o animal, o vegetal e o astral, trazendo abundância de bens, paz universal, climatização ideal, e nova relação entre vivos e mortos.¹²⁷

Podemos definir que o reinado messiânico do movimento de Cotaxé possui uma caracterização Econômico-social, pois seu objetivo era implantar, na região contestada, um novo Estado, baseado em princípios cristãos, divisão igualitária de terras, ou seja, uma reforma agrária com participação popular na administração e na gestão do novo ente federativo. Para isso, era necessária uma mudança no paradigma social e econômico da região. Encontramos, no movimento do contestado capixaba, indícios claros de uma revolução social, baseada em uma fábula messiânica. Para tanto, observamos a ação repressora de Minas Gerais e Espírito Santo, apoiados pela elite dominante (coronéis), e seus jagunços franquearam abruptamente o movimento.

A construção do Estado de União de Jeovah, no imaginário da população do contestado mineiro capixaba, remete-nos a uma situação bem peculiar. Iniciamos nossas pesquisas pressupondo que o movimento jeovense era um movimento de

¹²⁶ DESROCHE, 2000, p. 19.

¹²⁷ DESROCHE, 2000, p. 34-35.

natureza messiânica. Porém, constatamos ao longo de nosso estudo que, o contestado capixaba, além de messiânico, introduziu na região e, conseqüentemente em sua população, o milenarismo, ou seja, de maneira sintetizada, a crença de que o reino celeste ocorreria aqui na terra, como observamos no texto de Almeida Júnior, no qual ele afirma que não é o messias que traz o milênio, mas o contrário, ou seja, é o milênio que se cumpre com a vinda do messias.¹²⁸

Os movimentos messiânicos são constituídos por diversos símbolos que contribuem como uma forma de elucidação e caracterização de cada movimento. O movimento do contestado capixaba não era diferente, possuía diversos símbolos. Destacaremos, nos próximos parágrafos, aqueles que, ao pesquisarmos, observamos que melhor sintetizavam e definiam o movimento do contestado capixaba como movimento messiânico. O primeiro deles, a Bandeira:

Tremulava a bandeira verde, a faixa branca diagonal. Antes de partir (para a viagem ao Rio de Janeiro), Udelino escolhera a fâmula que tremulava no festejo do Roubo da Bandeira, no Patrimônio do Quinze, para ser a bandeira do novo estado. Até aquela manhã, cauto em relação à embaixada ao Rio de Janeiro (onde fora buscar audiência com o Presidente Getúlio Vargas), Udelino fizera com que a escolha da bandeira permanecesse em segredo.¹²⁹

Ainda segundo Vilaça:

Era época do Roubo da Bandeira, no Patrimônio do Quinze. A tradição corria nos dias joaninos, de 13 de junho, dia de Santo Antônio, a 29 de junho, dia de São Pedro. Intermediando as duas festas, São João, a 24 do mês, reúne a comunidade ao redor do fulgor carmesim de alevantadas fogueiras. A festa de São João coincide com o limiar do solstício de inverno, portanto realizada em noite das mais longas do ano. [...] Hasteava-se a bandeira num mastro próximo à capela, no dia de Santo Antônio, marcando o início do ciclo de festas. A bandeira era dos tempos de Frei Inocêncio de Comiso, e simbolizava a floresta e a marcha do lavrador na colonização da terra. [...] À noite, todos vigiavam. Quem fosse flagrado roubando a bandeira, tinha uma fita amarrada ao braço, só podendo tirá-la ao fim do período joanino, após doar ao festeiro prendas que seriam leiloadas na quermesse. [...] Na véspera de São Pedro era a bandeira devolvida ao mastro, para que seu mirante assistisse desfraldada à passagem do dia santo.¹³⁰

¹²⁸ ALMEIDA JÚNIOR, 2011, p. 36.

¹²⁹ VILAÇA, 1997, p. 117.

¹³⁰ VILAÇA, 1997, p. 109 – 113.

Observa-se, nas duas citações acima, que a bandeira do Estado de União de Jeovah foi escolhida por Udelino Alves de Matos, para representar o seu desejo de criação do novo ente federativo, junto ao Governo Federal de Getúlio Vargas, sendo ela uma bandeira utilizada em festas cristãs, associadas ao Catolicismo Romano. Sendo assim, podemos afirmar duas situações distintas. A primeira nos remete a refletir que o ideal messiânico milenarista de Udelino Alves de Matos não vislumbrava uma ruptura com o Catolicismo Romano, uma vez que ele se apropria de um símbolo de festejos católicos romanos para utilizar como bandeira do futuro estado. A segunda questão nos transpõe a vislumbrar a sociedade do contestado capixaba, como uma sociedade que estaria estruturada sobre uma base social e religiosa bem definida, como se pode observar no texto de Desroche:

O Termo messianismo pode ser usado para denotar um sentido *teológico* normativo, estritamente cristão e em oposição às demais ocorrências messiânicas que assim passam a ser consideradas heréticas, e outro *sociológico* comparativo, reconhecendo a ocorrência messiânica em personagens libertadores de movimentos sócio-religiosos que se identificam ou são identificados com a divindade.¹³¹

Vejamos abaixo a conceituação do termo bandeira:

Bandeira – Símbolo de proteção, concedida ou implorada. O portador de uma bandeira ou de um estandarte ergue-o acima de sua cabeça. De certo modo, lança um apelo ao céu, cria um elo entre o alto e o baixo, celeste e o terreno. ‘Jeová é minha bandeira’, diz o texto do Êxodo (17,15); o que significa: Deus é minha proteção.

Este símbolo de proteção acrescenta-se ao valor signo distintivo: bandeira de um senhor feudal, de um general, de um chefe de Estado, de um santo, de uma congregação, de uma pátria etc. A bandeira oferece a proteção da pessoa, moral ou física, de quem ela é a insígnia.¹³²

Outra simbologia bastante presente e marcante na história do contestado capixaba são os poemas, hinos e canções, que, por vezes, exaltavam a emoção da população camponesa, transpondo claramente em suas melodias os ideais nos quais eles aguçavam diariamente nas letras que representavam seus objetivos e suas lutas.

¹³¹ DESROCHE, 2000, p. 21.

¹³² CHEVALIER, J. C.; CHEERBRANT, A. Dicionário de Símbolos. 19.ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 2005. P. 118 – 119.

Meus colegas lavradores,
Companheiros de jornada,
Plantamos frutos e flores.
Não somos donos de nada.
Muitas noites, muitos dias,
Ficamos com as mãos vazias,
Vergando ao cabo da enxada.

Façamos um mundo novo,
De paz, amor, liberdade,
Onde viva alegre o povo,
Igual na felicidade;
Tendo oficinas e escola,
Onde ninguém peça esmola
Nem sofra necessidade.

É segredo revelado
O poder da união.
Para tê-lo confirmado,
Basta o encontro das mãos.
Se dois unidos são fortes,
Um milhão detém a morte
Na garganta do canhão.

Os lavradores unidos,
No ideal e na ação,
Breve verão resolvidos
Os problemas da Nação.
Tornando mecanizada
Esta lavoura atrasada
Que recebemos de Adão,
Temos varrido o desgosto
De só com o suor do rosto
Amassar o nosso pão.

Hoje qualquer pensamento
Ou ideia que a alma cria,
Surge qual encantamento,
Carne e osso, à luz do dia.
E é por isso que o poeta
Gasta sua alma inquieta
Na tela da fantasia. [...] ¹³³

O Hino descrito concretiza, na forma de melodia, o imaginário popular, revelando-nos significativamente a construção do paraíso na Terra. Esse hino constata não apenas os objetivos do movimento, mas também afirma que o movimento do contestado capixaba foi um movimento milenarista brasileiro.

Abaixo encontramos a conceituação do termo “música”, “hino” sob a ótica religiosa.

MÚSICA (HINO) – O recurso à música, com seus timbres, suas tonalidades, seus ritmos, seus instrumentos diversos, é um dos meios de se associar à plenitude da vida cósmica. Em todas as civilizações, os atos mais intensos

¹³³ VILAÇA, 1997, p. 85-86.

da vida social são decompostos em manifestações, nas quais a música desempenha um papel mediador para alargar as comunicações até o divino. Platão distingue formas musicais apropriadas às diversas funções do homem na cidade.¹³⁴

Ainda, segundo Vilaça:

Um paraíso cuja construção e ordenação estava sob a incumbência de uma horda de despossuídos, que apenas tinha o patrimônio da fé e da esperança como base de sua inclusão nos benefícios terrenos. Um povo padecente, como Jesus Cristo, e que escolhera como símbolo a cruz, onde o redentor havia sido punido por pregar igualdade e para a remissão dos pecados. Foi aos pés de um cruzeiro que Udelino consagrou seus auxiliares mais proeminentes, seus secretários de governo, com ostensores dativos de poder – pequenos crucifixos em cordões, que o líder concedeu-lhes como insígnias.¹³⁵

Diante do texto de Vilaça, descreveremos o último dos símbolos de natureza messiânica presente no contestado capixaba: a Cruz.

CRUZ – A cruz tem (...) uma função de síntese e de medida. Nela se juntam o céu e a terra... Nela se confundem o tempo e o espaço... Ela é o cordão umbilical, jamais cortado, do cosmo ligado ao centro original. De todos os símbolos, ela é o mais universal, o mais totalizante. Ela é o símbolo intermediário, do mediador, daquele que é, por natureza, reunião permanente do universo e comunicação terra-céu, de cima para baixo, de baixo para cima.¹³⁶

Vejamos, no texto abaixo, a simbologia da cruz presente no contestado capixaba:

Após o comício (na capital – Cotaxé), Udelino encabeçou a romaria até o córrego da Explosão. Lá, à frente, conduzindo uma cruz enfeitada com flores, ornamentada com um rosário. A procissão formou longa fila mata adentro, ao monte esperado com o cruzeiro. Em louvor entovava-se o cântico Santa Cruz.

Santa Cruz desceu do céu,
Com seu rosário na mão;
Abençoei as criaturas
Também nossa plantação.

Gloriosa Santa Cruz
Nossa mãe e padroeira
Com sua divina graça
Consolai a terra inteira.

¹³⁴ CHEVALIER, 2005. p. 627.

¹³⁵ VILAÇA, 2007, p. 109-110.

¹³⁶ CHEVALIER, 2005. p. 309-310.

Santa Cruz desceu do céu
Veio de braços abertos;
Para perdoar nosso pecados
Que trazemos encobertos.

[...] Os membros do governo e do diretório, e outros agraciados, portavam a honraria de crucifixos prateados. Erguiam os peitos, alguns em mangas de camisa, outros de fraque, mas todos orgulhosos da obra iniciada.¹³⁷

Por todo o contestado capixaba, encontrava-se a simbologia representada pela cruz em todos os aldeamentos, povoados, praças, nas áreas mais inóspitas, via-se o belo e imponente cruzeiro aguardando os agricultores, posseiros, camponeses sem terra, grileiros, toda sorte de gente que compunha o contestado capixaba, sob uma única proteção e com um grande objetivo, instaurar ali, naquela terra prometida por Deus e por um homem visionário, o verdadeiro edem perdido, o Estado de União de Jeovah, onde todos poderiam trabalhar e repousar no fim de um longo dia de trabalho, sabendo que Deus zelava por todos eles.

¹³⁷ VILAÇA, 1997, p. 154-155.

CONCLUSÃO

O movimento do contestado capixaba, pouco estudado pela historiografia, foi um movimento social, político e religioso que eclodiu em meados do século XX, mais precisamente entre as décadas de 1940 e 1950, entre o noroeste do Estado do Espírito Santo e o Leste Mineiro.

Conforme verificamos, esse movimento possui natureza social, política e religiosa. Suas origens permeiam o espaço social, visto que fora ocupado somente a partir da década de 1920, quando houve uma intensa ocupação do solo, primeiramente por meio da extração de madeira e posterior introdução da agricultura e da pecuária. A ausência do aparato estatal, tanto do Estado de Minas Gerais, quando do Estado do Espírito Santo, não acompanhou a surto populacional e contribuiu significativamente para a formação de grandes propriedades de terra e o surgimento de grileiros e camponeses sem terra que se avolumavam e se espremiavam entre as matas, a serra dos aimorés e os grandes latifúndios.

No campo político, verificamos três vertentes: a primeira, refere-se ao surgimento de uma força política liderada pelos grandes proprietários de terras, os quais se denominavam coronéis. Esses coronéis por vezes exerciam o papel que a princípio deveria ser do Estado. Não raro, o próprio estado era gerenciado, administrado e manipulado pelos coronéis. A segunda vertente remete-nos ao período colonial, quando não se estabeleceu de forma precisa e conciliatória os limites e divisas entre Espírito Santo e Minas Gerais na altura da Serra dos Aimorés. Os dois estados, que margeavam a região contestada, transformaram a região em uma verdadeira “terra sem leis”, onde ambos cobravam impostos e se achavam donatários daquelas terras. A terceira vertente é a variação política que o movimento do contestado capixaba teve, após ser debelado pelas forças repressoras do Estado do Espírito Santo e de Minas Gerais, de movimento messiânico milenarista rústico a movimento político encampado pelo Partido Comunista do Brasil – PCB.

Em síntese, dois fatores em termos regionais, um macro e um micro, contribuíram para a desfragmentação do movimento do contestado capixaba.

Em termos microrregionais podemos verificar a ação dos grandes coronéis da região, que exerciam fortes poderes e influência sobre a política e polícia local, desmantelando o movimento, oprimindo e exterminando os rebeldes e provocando um verdadeiro esvaziamento populacional na região.

Na escala macrorregional, por ter ocorrido em meio a um contexto histórico nacional e mundial muito complexo e tumultuado, o qual podemos simbolizar nos apossando da seguinte metáfora: um verdadeiro caldeirão prestes a explodir, cujos ingredientes eram: Ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, Governos Populistas, Movimentos Anarquistas e Comunistas fervilhando pelo país, e Golpe Militar. Sendo assim, essas duas escalas, juntas, contribuíram significativamente para que o movimento caísse no ostracismo e no anonimato.

No espaço religioso, verifica-se o movimento do contestado capixaba como um movimento messiânico milenarista rústico, com objetivos que variavam desde a criação de um novo estado federado, até a pregação de um mundo igualitário e fraterno, passando pela restauração do paraíso aqui na terra. O Estado de União de Jeovah, com conotações milenaristas de que aquela região era o verdadeiro paraíso, o edem perdido e prometido por seu principal expoente, ou melhor seu principal personagem, que se configurou como verdadeiro messias, propagando por todo o contestado capixaba uma teologia com princípios cristãos de igualdade e fraternidade, por meio da qual todos teriam acesso a uma terra para cuidar, o governo seria representativo, formado pelos próprios camponeses. Foi um movimento que representou claramente uma visão milenar e messiânica na região.

O movimento do contestado capixaba era recheado de simbologias messiânico-milenaristas que pairavam sobre diversas figuras, entre elas, podemos destacar: a Bandeira, a Cruz, o Hino, o Personagem, a Cronologia e os Reinos e seus Reinados.

O principal personagem do reinado messiânico do Estado União de Jeovah era Udelino Alves de Matos, uma figura emblemática na história do contestado capixaba. Querido por muitos, e odiado por outros tantos. Para os fazendeiros da região, Udelino Alves de Matos era assim descrito:

Udelino andava por aí com seus jagunços, sacudindo uma bandeira. Queria fundar uma Igreja, digo, um estado; Estado de União de Jeovah, era o nome do estado dele. Era uma bandeira verde, com uma faixa branca. Os dois jagunços mais famosos eram o João Piedade e o Jorge Come-Cru, um que era índio. Diziam que iam tomar as terras, que ninguém podia ter muita terra, porque a terra era de Deus. Que nossas escrituras não valiam nada; isso é o que diziam. Que a terra era de Deus, era para todos os filhos de Deus, que ninguém podia ser dono das árvores, dos bichos, dos rios. Como é que iam fazer um estado, se não queriam respeitar a lei? Aí diziam, ele dizia, que só era legal o que era justo. E a justiça era coisa dele, Udelino.

Que queria ser governador sem respeitar a eleição! Um analfabeto que queria ser procurador de Deus!¹³⁸

Facilmente debelada pela ação repressora das milícias, compostas por tropas dos Estados limítrofes e patrocinadas pelos coronéis da região, as quais acabaram por executar boa parte dos líderes do contestado. Outros componentes do movimento fugiram e nunca mais apareceram, contribuindo para o surgimento de lendas. De qualquer forma, não se sabe o paradeiro de Udelino Alves de Matos. Para alguns ele foi alvo de uma emboscada e acabou sendo assassinado e enterrado nas matas da região; para outros, ele conseguiu escapar do cerco das milícias e fugiu com o dinheiro que havia arrecadado entre os posseiros para a constituição do Estado de União de Jeovah.

¹³⁸ VILAÇA, 2007, p. 114-115.

REFERÊNCIAS

- A BÍBLIA DE ESTUDO DE GENEVRA. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2. ed rev. e ampl. Sociedade Bíblica do Brasil; São Paulo: Cultura Cristã, 2009.
- AGUIAR, W. Um novo “Contestado” entre Minas e Espírito Santo? O Cruzeiro. Rio de Janeiro, 1948. n. 8, p. 12-18.
- ALEIXO, Alceu. As fronteiras do Espírito Santo com Minas Gerais: o laudo do Serviço Geográfico do Exército em face do artigo 184 da constituição de 1937. [s.l:s.n], 1958.
- ALMEIDA, A; GURGEL, P. A. Dr. Carlos: um homem do campo e sua relação com o poder. Vitória: [s.n.], 2000.
- ALMEIDA, J. J. A religião contestada: elementos religiosos formadores do messianismo contestado. São Paulo: Fonte Editorial, 2011.
- ATHAYDE, A. A história do contestado. Revista do IHGES. Vitória, 1941, n. 14.
- BARRETO, X. P. C. Questão de limites. Revista do IHGES. Vitória, 1934,n. 7.
- BITTENCOURT, Gabriel. A formação econômica do Espírito Santo. Rio de Janeiro: Cátedra,1987, p. 94.
- BUENO, S. F. Minidicionário da Língua Portuguesa. Ed. rev. e atual. por Helena Bonito C. Pereira, Rena Signer. São Paulo: FTD,1996.
- CHEVALIER, J. C.; CHEERBRANT, A. Dicionário de Símbolos. 19.ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- CHOURAQUI, A. Os homens da Bíblia. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- COHN, N. Na Senda do Milênio: milenaristas revolucionários e anarquistas místicos da Idade Média, Lisboa, Editorial Presença,1969, p.13.
- COMBLIN, J. A força da palavra. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CUNHA, E. Os Sertões. [Ed. Especial]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- CUNHA, E. Os Sertões. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- CUNHA, N. E. Carta de Eugênio Neves Cunha, datada de 4 de maio de 1938, dirigida ao Secretário da Agricultura Carlos Lindenberg. In: ESPÍRITO SANTO (Estado). Limites: Espírito Santo X Minas Gerais. Vitória, 1938.
- DAEMON, B.C. Província do Espírito Santo: sua descoberta, história chronologica, synopsis e estatística. Victoria: Typhographia do Espírito-Santense.1879.

- DESROCHE, H. Dicionário de messianismos e milenarismos. São Bernardo do Campo: UESP, 2000.
- DIAS, N. L. Massacre em Ecoporanga: Lutas Camponesas no Espírito Santo. Vitória: Cooperativa dos Jornalistas do Espírito Santo, 1984.
- ELIADE, M. Aspectos do mito. Lisboa. 70.ed. 1986.
- ESPERANDIO, G. R. M. A Identidade Batista e o “espírito” da Modernidade. Protestantismo em Revista. Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo (NEPP) da Escola Superior de Teologia. Volume 06, jan.-abr. de 2005. Disponível em: http://www3.est.edu.br/nepp/revista/006/ano04n1_03.pdf. Acesso em: 28 de out. 2014. p.16.
- ESTIGARRIBIA, Antônio. Inspetor do extinto Serviço de Proteção ao Índio (hoje FUNAI) para a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo nº VII, 1934.
- FELIPPE, E. J. O Último Jagunço. Curitiba: Universidade do Contestado, 1995.
- FERREIRA, A. B. Novo Aurélio, século XXI, o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FREIRE, Mario A. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Arquivo público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. 1934, p.11.
- GALLO, Ivone Cecília D’ Avila. O Contestado e o seu lugar no Tempo. Tempo, Rio de Janeiro, nº 11. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg11-10.pdf. Acesso em 15 de out. 2014.
- GARCIA, Elio Ramires. Movimentos Camponeses no Estado do Espírito Santo – Do "Estado União de Jeovah à União dos Posseiros de Cotaxé: Transição de Movimento Messiânico e Espontâneo a Movimento Político, Consciente, Organizado e Articulado – Aspectos Singulares: Transição e Longevidade”. Monografia apresentada ao curso de especialização em História do Brasil da Faculdade Castelo Branco, Colatina (ES), em setembro de 2011.
- GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: UNESP. 1991.
- GODOY, Márcio Honório de. O Desejado e o Encoberto: potências de movimento de um mito andarilho. Revistausp. Junho/julho/agosto 2009.
- GOMES, Antônio Maspoli de Araújo. O Messianismo Milenarista no Brasil e a Psicologia Social da Religião. Limites e Possibilidades. História Agora: A revista de História do Tempo Presente. 2011.

- GUIMARÃES, Alba Zaluar. "Os movimentos 'messiânicos' brasileiros: uma leitura". BIB, nº 6. 1979.
- MADURO, Luiz Carlos. História da Colonização do Norte do Rio Doce. Princesa do Norte: Colatina, 1999. Revista Nossa. Edição Especial.
- MADURO, OTTO. Religião e Luta de Classes: Quadro teórico para a análise de suas inter-relações na América Latina. Vozes: Petrópolis, 1980.
- MARRAMAO, Giacomo. Céu e Terra, São Paulo, UNESP, 1994.
- MORAES, Cícero. As questões de limites que o Espírito Santo sustentou. Vitória: Real Gráfica, 1971.
- MORAES, Cícero. Como nasceram cidades no Espírito Santo. Vitória: [s.n] 1954.
- NEGRÃO, Lísias Nogueira. Revisitando o Messianismo no Brasil e profetizando seu futuro. Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS vol. 16, nº 46 junho 2001, p.119. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n46/a06v1646.pdf> . Acesso em 10 out. 2014.
- NEGRÃO, Lísias Nogueira. Sobre os messianismos e milenarismos brasileiros. Revista USP jun./jul./ago. 2009
- OLIVEIRA, José Teixeira de. História do estado do Espírito Santo. 2.ed. Vitória, 1975, p.173-175.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. O messianismo no Brasil e no mundo. São Paulo: Dominus, 1965.
- PIMENTEL, Eupídio. Índios do Rio Doce. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo – IHGES, nº VII: Oficinas da Vida Capixaba: Vitória. 1934, p. 13. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/PDF/Revistas_IHGES/Revista07_01.pdf. Acesso em: 10 de out. 2014.
- PIMENTEL, Francisco Mendes. Fronteiras interestaduais. Questão de limites entre o Espírito Santo e Minas Gerais. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1914.
- POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- POMPA, Cristina. A construção do fim do mundo. Para uma releitura dos movimentos sócio-religiosos do Brasil "rústico". Revista de Antropologia. Vol. 41 n.1. São Paulo, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77011998000100006&script=sci_arttext. Acesso em 15.out.2014.

- PONTES, Wallace Tarcísio. Conflito agrário e esvaziamento populacional: a disputa do Contestado pelo Espírito Santo e Minas Gerais. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo.
- RAMLOW, Leonardo; FIGUEIREDO, Lucia Maria Gava; LEITE, Paulo de Tarso de Araújo. Metodologia Científica: O trabalho e a pesquisa na construção do conhecimento. 2.ed. Colatina, 2001.
- REVISTA GEONORTE, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.1010-1030, 2013. (ISSN – 2237-1419) 1010
- ROCHA, Gilda. Imigração Estrangeira no Espírito Santo. 1987 – 1896. Vitória. 2000.
- ROCHA, Vasco; LEITE, Indayassú. Apreensões e arbitrariedades na região contestada. Globo, Rio de Janeiro, ano 23, n. 6.852, p. 1,9-10, 6 set. 1948a.
- ROCHA, Vasco; LEITE, Indayassú. Dualidade de nomes e jurisdições na região contestada. Globo, Rio de Janeiro, ano 23, p. 1-2, 2 set. 1948b.
- ROCHA, Vasco; LEITE, Indayassú. Estados Irmãos disputam território. Globo, Rio de Janeiro, ano 23, p. 1,12, 30 ago 1948c.
- ROSSI, Luiz Alexandre S. Messianismo e Modernidade: repensando o messianismo a partir das vítimas. São Paulo: Paulus, 2002. (Coleção estudos antropológicos).
- SANT'ANA, Elma. Jacobina: a líder dos Muckers. Protestantismo em Revista. Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo (NEPP) da Escola Superior de Teologia. Volume 02, jan.-dez. de 2003. Disponível em http://www3.est.edu.br/nepp/revista/002/ano02n1_03.pdf . Acesso em 05. nov. 2014.
- SANTIDRIÁN, Pedro R. Dicionário Básico das Religiões. Aparecida: Santuário, 1996.
- SANTOS NEVES, Luiz Guilherme; PACHECO, Renato José Costa. Ecoporanga, da concepção à vida adulta: resgate da memória de um povo. Vitória: Brasília Ed., 1992.
- SCHAYDER, José Pontes. História do Espírito Santo: uma abordagem didática e atualizada – 1535 – 2002. Campinas: Companhia da Escola, 2002.
- SILVEIRA, Maria Célia Barros da. O Contestado Espírito Santense (1889-1963): O processo de consolidação dos limites territoriais do Estado do Espírito Santo. p. 25.
- SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOUSA, Rodrigo Franklin de. O desenvolvimento histórico do messianismo no judaísmo antigo: Diversidade e coerência. *Revistausp*. Junho/julho/agosto 2009. Nº 22.

SOUSA, Rodrigo Franklin de. O Messianismo enquanto movimento social. Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional Movimentos Sociais Participação e Democracia. 11 a 13 de agosto de 2010. Ufsc. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/mspd/a031.pdf>. Acesso em 22 de out. 2014.

SOUZA, André Luiz Gomes. História do estado da União de Jeovah. Vitória: IHGES, 1998.

SOUZA, Jessé. A Ética Protestante e a Ideologia do atraso Brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 13 n. 38. São Paulo. Oct. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-9091998000300006&script=sci_abstract. Acesso em 10 de out. 2014.

VILAÇA, Adilson, Cotaxé: A Reinvenção de Canudos. Vitória: IHGES, 2007.

VILAÇA, Adilson, Cotaxé: Romance do Efêmero Estado de União de Jeováh. Vitória: SEJUC/SPDC/ISJN, 1997.

VILAÇA, Adilson. Aventura no Contestado. Os últimos forasteiros. Uma colonização que começou pela porta dos fundos. *Ins Século* n. 22; Dezembro de 2001.

XAVIER, Carlos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. p. 53-54.